

Relatório de Gestão

2020 – 2022



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Órgãos da Administração Superior do MPDFT

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora-Geral de Justiça Fabiana Costa Oliveira Barreto

Vice-Procuradoria-Geral Jurídico-Administrativa

Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional

Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida

Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

Secretaria-Geral

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Assessoria de Políticas Institucionais

Promotor de Justiça André Luiz Cappi Pereira

Promotora de Justiça Thaienne Nascimento Fernandes

Esta é uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF,
CEP 70.091-900

Telefone: (61) 3343-9500

Revisão

Samara Botelho Vaz Almeida

Diagramação

Secretaria de Comunicação

Conteúdo

Apresentação • 4

Procuradoria-Geral de Justiça • 8

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional • 38

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa • 44

Secretaria-Geral • 62

Apresentação

O documento que o leitor tem em mãos relata as principais ações desenvolvidas no âmbito da Administração Superior do MPDFT no biênio 2021-2022. Resulta de um trabalho em equipe, motivado pelo compromisso com a sociedade do Distrito Federal e com o cumprimento da missão constitucional confiada a este Ministério Público.



Fabiana Costa, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Nos últimos dois anos, demos curso a projetos iniciados ainda em meu primeiro mandato (2018-2020) à frente da Procuradoria-Geral de Justiça do DF. Também implementamos novas iniciativas que visam tornar esta Instituição uma referência nacional na proteção e na defesa dos direitos dos cidadãos.

Quanto ao diálogo institucional, destaco a atuação junto à PGR e ao Congresso Nacional para aprovação do PL 813/2021, que permitiu aprimorar a estrutura do MPDFT por meio da criação de 8 cargos de procurador de Justiça e 164 cargos em comissão. Outras iniciativas também resultaram na possibilidade de nomeação de novos membros e na recomposição de passivos devidos ao longo dos anos.

Em relação ao quadro de promotores de Justiça, esta gestão se orgulha por ter sido bem sucedida na realização do maior concurso de membros da história do MPDFT. Apesar das restrições referentes ao período da pandemia, a Administração Superior constituiu comissão interna que se encarregou do certame desde o lançamento do edital até a fase de nomeação.

Foram mais de 11 mil inscritos, com provas aplicadas em diversas instituições do Distrito Federal, respeitando o protocolo sanitário e as normas que asseguram a idoneidade do concurso. Os aprovados já começaram a ser nomeados neste ano de 2022 e terão papel importante na recomposição do quadro de membros do MPDFT.

Em relação ao orçamento, em 2020, demos prioridade à modernização do parque tecnológico ao identificar a necessidade de apoiar o trabalho remoto, imposto massivamente pela pandemia; de agilizar a implantação do processo judicial eletrônico e de modernizar as ferramentas disponíveis para a atividade investigativa.

A ampliação do trabalho remoto gerou economia com as despesas de custeio, porém demandou, de outra parte, elevados investimentos em tecnologia. Dessa forma, em 2020, foram destinados R\$ 32,5 milhões para modernização do parque tecnológico e aprimoramento dos sistemas de informação. Neste último biênio, foram reservados mais R\$ 11,4 milhões em 2021 e R\$ 5,1 milhões em 2022. O investimento total em tecnologia, nos últimos 4 anos, ultrapassou R\$ 42,3 milhões.

Com isso, colocamos fim aos processos físicos no âmbito do MPDFT quando celebramos, em agosto deste ano, a tramitação do último inquérito em papel. É um avanço que representa agilidade, transparência e economia de tempo e de recursos humanos e financeiros.

Priorizamos o desenvolvimento de ferramentas de Business Intelligence e fortalecemos parcerias na área de ciência de dados. Com essa colaboração, esperamos aprimorar nossa atuação no fomento de políticas públicas e na atividade investigativa. Esta última teve uma ramificação importante com a criação da Unidade Especial de Criptoativos, o que tornou este Ministério Público pioneiro no combate a crimes que envolvem essa temática .

A prestação de serviços recebeu total atenção com a criação de um grupo especial de atendimento ao público, que começou a atuar durante a pandemia e teve suas atividades fortalecidas e adequadas às necessidades atuais. Criamos um serviço de conversação em libras na Ouvidoria e implantamos novas ferramentas de comunicação, principalmente nas áreas de redes sociais e de produção de mídia.

O cuidado com o cidadão se estende às ações de autocomposição, que foram aprimoradas com foco na humanização da Justiça e na viabilização da implantação de acordos de não persecução penal.



O vice-procurador de Justiça Institucional, André Vinícius de Almeida, e servidores da Coordenadoria Executiva do Processo Eletrônico celebram a eliminação de inquéritos em papel no MPDFT.

Internamente, foi preciso reforçar as ações de capacitação para que membros e servidores pudessem se adequar às novas formas de trabalho, ao aumento da demanda e à criação de 8 procuradorias de Justiça e mais 29 promotorias.

Finalmente, não posso deixar de destacar as premiações no âmbito do CNMP. Tivemos quatro projetos entre os três primeiros colocados nestes dois últimos anos, graças à atuação do Núcleo de Direitos Humanos, que foi reforçado nas duas últimas gestões e enfatizou a implementação de um trabalho focado na proteção dos direitos das

minorias e dos que mais carecem da proteção da lei.

Nessa área, o projeto “Pés na Rua”, voltado à inclusão social da população de rua, e o projeto “Mãos estendidas”, voltado ao acolhimento de vítimas de violência domésticas, receberam destaque nacional no Prêmio CNMP 2022.

Também fomos amplamente reconhecidos no Prêmio de Acordo de Não Perse-



Arte de uma das campanhas promovidas pelo Núcleo de Direitos Humanos.

cução Penal, promovido pelo CNPG, com 7 projetos premiados. Aqui, cabe mencionar a relevância da atuação do MPDFT na implementação dos acordos de não persecução penal e as contribuições que oferecemos no âmbito do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM), o qual tive a honra de presidir no último ano.

Todo esse trabalho resulta de grande colaboração, interna e externa. Somente no âmbito das relações institucionais, celebramos mais de 30 acordos de cooperação, sem mencionar os que são desenvolvidos pelas promotorias de forma independente.

Há que se destacar, sobretudo, o engajamento interno e o espírito de equipe que marcou esta gestão e que muito nos orgulha. Diversos projetos, alguns não conseguimos incluir neste relatório, foram desenvolvidos, com sucesso, por iniciativa voluntária de membros e servidores atentos às necessidades do público que atendemos.

Essas iniciativas contribuem para a conquista de maior credibilidade e para o fortalecimento da confiança do cidadão em nossa atuação.



Troféus entregues aos vencedores. MPDFT teve sete projetos premiados.

Contribuem ainda para o alcance dos objetivos destacados em nosso planejamento estratégico, que, com base na revisão de nossa cadeia de valores, foi reformulado para os próximos 5 anos voltando-se inteiramente aos anseios da sociedade. Esse trabalho vai nortear a atuação do MPDFT para os próximos anos, seguindo as diretrizes do CNMP.

Assim, encerramos nossa contribuição com a certeza de que cumprimos nosso propósito de trabalhar pela consolidação de um Ministério Público cada vez mais próximo da sociedade e sensível à urgência da proteção dos direitos do cidadão.

Muito obrigada.

Fabiana Costa

Procuradoria-Geral de Justiça

Diálogo institucional

Controle de constitucionalidade

Recursos constitucionais

Atendimento ao cidadão

Combate ao Crime Organizado

Controle Externo da Atividade Policial

Tribunal do Júri e de Defesa da Vida

Crimes Cibernéticos e Criptoativos

Inteligência e Segurança da Informação

Controle e Fiscalização do Sistema Prisional

Direitos Humanos

Comunicação com o público

Planejamento Estratégico

Premiações CNMP

*Aprimoramento da estrutura administrativa
e da atividade-fim*

Segurança institucional

1.2 Diálogo institucional

O fortalecimento do diálogo institucional tornou-se prioridade nos dois últimos anos de gestão, com ênfase na defesa das prerrogativas do Ministério Público e no fortalecimento de sua atuação. Entre as iniciativas focadas em maior aproximação com o poder Legislativo, destacam-se:

Rejeição da PEC 5/2021

A proposta buscava alterar a composição do CNMP, reduzindo a representação do Ministério Público da União, que atualmente corresponde a quatro vagas no CNMP, para apenas três vagas, alternadas entre as carreiras do Ministério Público Federal, do Ministério do Trabalho e do Ministério Público Militar.



Procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, durante discurso no Congresso Nacional.

O MPDFT atuou em conjunto com outros órgãos e foi um dos protagonistas na articulação para convencer os parlamentares da importância de fortalecimento do Ministério Público. Foram realizadas diversas reuniões com lideranças e deputados de vários partidos. O MPDFT também disponibilizou sua assessoria parlamentar para auxiliar os trabalhos dos MPs estaduais, que também seriam diretamente impactados pela aprovação da matéria. Todo esse trabalho resultou na rejeição do substitutivo, com 297 votos favoráveis e 182 votos contrários.

Transformação de cargos – PL 813/2021

Depois de articulação no Congresso Nacional, o Senado Federal aprovou o projeto de lei (PL 813/2021) que permite aprimorar a estrutura do MPDFT por meio da criação de 8 cargos de procurador de Justiça e 164 cargos em comissão.

A iniciativa permitiu atender as necessidades de valorização de atividades que carecem de conhecimento específico e redirecionar força de trabalho. O assunto foi acompanhado pessoalmente pela Procuradora-Geral de Justiça, Fabiana Costa, e pelo chefe de gabinete, Georges Seigneur.

A proposta adaptou a estrutura do MPDFT ao arranjo da Justiça do Distrito Federal e Territórios após a criação de 8 novas vagas de de-

sembargadores no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e, posteriormente, de 20 cargos de suízes substitutos de 2º grau, o que exigiu o aumento no número de procuradores de Justiça no MPDFT.

Valorização por Tempo de Magistratura (VTM) – PEC 63/2013

A administração do MPDFT acompanha as discussões e a tramitação da PEC 63/2013, que institui a Valorização por Tempo de Magistratura (VTM). Essa articulação envolve ampla participação da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) e da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

Emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Articulação com a bancada do DF para apresentação de emenda à LDO a fim de viabilizar o aumento de auxílios no âmbito do MPU. O MPDFT apoiou a assessoria parlamentar do MPU, o que resultou na apresentação de três emendas e na aprovação de uma delas. Com isso, os aumentos serão incorporados à LOA/2023.

Reforma do CPP

Continuação do acompanhamento das discussões sobre a reforma do Código de Processo Penal, objeto do PL 8045/2010, com o acompanhamento das audiências públicas e reuniões do grupo de trabalho que analisa a matéria.

Plano de expansão física do Ministério Público do Distrito Federal

Por questões de segurança e de mobilidade para os promotores da Promotoria de Justiça de São Sebastião, foi solicitada a integração da área contígua ao TJDF ao patrimônio do MPDFT. A junção dessas áreas permitirá o acesso direto ao Tribunal de Justiça, o que já ocorre em outras regiões administrativas. Em junho de 2022, a matéria foi aprovada em audiência pública realizada pela SEDUH/DF.

PLN 30/2020

Atualmente a assessoria parlamentar do MPDFT envida esforços junto ao MPU pela aprovação do crédito suplementar previsto no PLN 30/2020, que reforçará as dotações orçamentárias do órgão. O Projeto de Lei “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em

favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 279.020.934,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

1.1.2 Cooperação interinstitucional

No biênio 2021 – 2022, a Assessoria de Políticas Institucionais formalizou convênios, acordos e parcerias com órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e distrital, bem como com os diversos ramos do Ministério Público da União e com os Ministérios Públicos estaduais. Nesse contexto, foram celebrados 30 acordos de cooperação técnica, a saber:

- Cooperação técnica com a Secretaria de Educação do DF para compartilhamento de informações, sistemas e soluções de Business Intelligence – BI.
- Assinatura de protocolo de intenções com Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Secretaria de Educação do DF e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) para institucionalizar, no âmbito da educação pública do Distrito Federal, o Projeto Justiça Restaurativa nas Escolas, cujo objetivo é disseminar práticas restaurativas e cultura da paz entre estudantes e os demais membros da comunidade escolar.
- Cooperação técnica com a Secretaria de Educação do DF para desenvolvimento do programa “Cidadão Contra a Corrupção”, em especial do projeto “NaMoral”, nas unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal.
- Cooperação técnica com a Secretaria de Educação do DF para a construção conjunta e o desenvolvimento de unidades curriculares eletivas orientadas e das Trilhas de Aprendizagem (programas de cursos internos do MPDFT), a fim de subsidiar a oferta de itinerários formativos no novo Ensino Médio.
- Cooperação técnica com a EureKa Digital Edição de Livros Ltda. para disponibilização de uma plataforma educacional específica para o projeto NaMoral.
- Cooperação técnica com a Nova Acrópole de Brasília, que tem por objetivo a junção de esforços e de conhecimentos para uma atuação preventiva no combate à corrupção por meio da educação de crianças e jovens nas escolas.



Procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, cumprimenta o presidente do CNJ, ministro Luiz Fux.

- Protocolo de intenções com TJDF, DPDF, PGDF, Casa Civil, SEJUS/DF, SSPDF, SEDES e DF Legal a fim de se consolidar o Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de reintegração de posse ou de remoção de pessoas no Distrito Federal.
- Cooperação técnica com a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania para intercâmbio de conhecimentos técnicos, realização de atividades comuns na proteção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias.
- Cooperação técnica com o Tribunal Regional Eleitoral para garantir o direito ao voto de pessoas presas provisoriamente, assim como de adolescentes custodiados em unidades de internação.
- Cooperação técnica com o Ministério Público do Estado de Pernambuco para possibilitar a replicação do Projeto NaMoral.
- Cooperação técnica com a Secretaria de Estado da Mulher para instalar e manter os Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica nas sedes das Promotorias de Justiça do MPDFT.



Procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa e o presidente do TRE/DF, desembargador Roberval Belinati.



Vice-procuradora-geral de Justiça, Selma Sauerbronn; procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa e o reitor do Uniceub, Getúlio Américo Moreira, durante assinatura de acordo de cooperação técnica.

- Cooperação técnica com o TJDFT visando disciplinar o empréstimo de livros do acervo da Biblioteca Desembargador Antônio Mello Martins, do TJDFT, e da Biblioteca Walter Ceneviva, do MPDFT.
- Termo de adesão celebrado com o CNMP e a Polícia Rodoviária Federal com a finalidade de fortalecer a cooperação e a integração entre as instituições, através do desenvolvimento e da inovação em segurança pública.
- Cooperação técnica celebrada com o Centro de Ensino Unificado (CEUB) para promoção de oficinas de comunicação não violenta para alunos do CEUB.
- Cooperação técnica com a Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor para a realização do 20o Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor.

- Cooperação técnica celebrada com o TJDF e a Polícia Civil do DF (PCDF) com o objetivo de registrar a anuência de partes, vítimas e testemunhas no recebimento de intimações relativas a procedimentos penais expedidas pela PCDF, pelo MPDFT e pelo TJDFT.
- Termo de adesão celebrado com o CNMP e o INSS tendo por objeto a disponibilização, por parte do INSS, de acesso aos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), do Sistema de Benefícios (SISBEN), do Sistema Nacional de Registro Civil (SIRC), ou de seus substitutos, para todas as unidades do Ministério Público.
- Cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente com a finalidade de integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P.
- Termo de adesão celebrado com o Conselho Nacional do Ministério Público e a Controladoria-Geral da União a fim de fortalecer a cooperação e a integração entre as instituições.



Procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, participa de reunião conduzida pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, para assinatura de acordo de cooperação.

- Termo de adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a Rede de Atenção à Primeira Infância com vistas ao aprimoramento da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança e à prevenção da improbidade administrativa dos servidores públicos.
- Cooperação técnica com o Conselho Nacional do Ministério Público para possibilitar o desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia para a construção do Edifício-Sede do CNMP.
- Cooperação técnica com o Ministério Público do Estado de Goiás visando proporcionar melhoria das condições de cidadania da população do entorno do Distrito Federal, fomentando e coordenando ações nas áreas de mobilidade, segurança pública, combate à criminalidade e às organizações criminosas, saúde, meio ambiente, infância e juventude, consumidor, patrimônio público e cidadania.
- Cooperação técnica com o Centro Universitário Unieuro para receber alunos do curso de Direito da faculdade nas dependências físicas da Promotoria de Justiça do Gama para prestação de assistência judiciária gratuita a autores de fatos criminosos e participação em audiências de ANPP.

- Cooperação técnica com o Ministério Público do Estado de Rondônia para possibilitar a cessão do *software* “Sistema Eleitoral – Votus”, criado pelo MPDFT, para a realização de eleições no MPRO.
- Cooperação técnica com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES/DF) para o compartilhamento de informações, sistemas e soluções de Business Intelligence – BI, no âmbito e interesse das instituições signatárias.
- Cooperação técnica com a Fundação Oswaldo Cruz a fim de elaborar e realizar ofertas de qualificação como forma de qualificar e humanizar o atendimento prestado pelos diversos órgãos públicos e instituições da sociedade civil do DF à população em situação de rua.



Fabiana Costa e o diretor Davson de Sousa na cerimônia de assinatura da cooperação técnica com a Escola de Música de Brasília.

- Cooperação técnica com a Escola de Música de Brasília para a realização de apresentações musicais nas dependências físicas do MPDFT.
- Termo de adesão celebrado com o CNMP, o MPF e o Ministério da Justiça e Segurança Pública para acesso à Plataforma Integrada de Operações e Monitoramento de Segurança Pública (Córtex).
- Cooperação técnica com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul visando ao compartilhamento da ferramenta de projetos OKR e das boas práticas passíveis de cessão.
- Cooperação técnica com o TJDF, a Defensoria Pública do DF e a Universidade Católica de Brasília visando à elaboração de projeto arquitetônico e técnico de um Centro Dia para Idosos e de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em Ceilândia/DF.
- Cooperação técnica com o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos a fim de possibilitar a realização de projetos em parceria.

1.3 Controle de constitucionalidade

À Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade compete, entre outras atribuições, elaborar os pareceres nos processos judiciais em que a Procuradoria-Geral de Justiça officie na condição de fiscal da lei, além de examinar, manifestar-se, requerer ou requisitar diligências nos procedimentos administrativos, peças de informação e outros expedientes que não digam respeito à matéria criminal.

Na atuação desta Assessoria também se inclui o acompanhamento e a elaboração de manifestações em processos administrativos que tramitam tanto internamente quando em outros órgãos públicos, como no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Tribunal de Contas da União (TCU), entre outros.

Nos últimos dois anos, um total de mais de 1.500 manifestações foram feitas pela Assessoria em processos judiciais e administrativos.

Outra atribuição importante é assessorar a Procuradoria-Geral de Justiça no trabalho de fiscalização e controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos federais e distritais.

No período de janeiro de 2021 a outubro de 2022, um total de 42 leis distritais foram declaradas inconstitucionais pelo TJDF (23 normas no ano de 2021 e 19 no ano de 2022). Quatro atos normativos encontram-se suspensos liminarmente. Foram ajuizadas ações diretas contra 13 normas no mesmo período.

No âmbito do Supremo Tribunal Federal, no mesmo período, 9 normas distritais foram julgadas inconstitucionais por violarem a Constituição da República.

1.4 Recursos constitucionais

A Coordenação de Recursos Constitucionais, no período de Janeiro de 2021 a Outubro de 2022, atuou em 32.216 processos, sendo:

- a) 20.904 ciências;
- b) 9.069 recursos;
- c) 745 manifestações e despachos
- d) 1.498 outros movimentos

A Coordenação de Recursos Constitucionais atua em processos de grande relevância social e institucional e presta um trabalho de excelência junto aos Tribunais Superiores. Dentre os temas de destacada importância submetidos aos Tribunais Superiores pela Coordenação de Recursos Constitucionais, citam-se alguns exemplos:

- a) Improbidade administrativa. Acórdãos em desconformidade à tese fixada no tema 1199 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal;
- b) Estupro de vulnerável. Impossibilidade de desclassificação para importunação sexual;
- c) Prescrição da pretensão executória a contar do trânsito em julgado para ambas as partes;
- d) Licitude do ingresso de policiais em domicílio de traficante havendo flagrante delito e justa causa;
- e) Cerceamento dos direitos da acusação e, portanto, ofensa aos artigos 201, § 1º, e 218 do CPP ao se indeferir a condução coercitiva da vítima/testemunha quando inexistem outros meios de prova das práticas delituosas narradas no processo;
- f) Violência Doméstica. Agravante do art. 61, II, “f”, do CP, e a causa de aumento de pena do art. 226, II, do CP. Possibilidade;
- g) Organização Criminosa. Incidência da causa de aumento prevista no § 2º do art. 2º da Lei 12.850/13 (organização criminosa armada) ainda que o crime praticado seja apenas o comércio ilegal de arma de fogo;
- h) Afastamento da competência da justiça eleitoral se o crime narrado na denúncia não é crime eleitoral;

i) Competência da Justiça Comum para processar crimes que envolvem verbas do SUS que passam a integrar o Fundo de Saúde do Distrito Federal;

j) Tribunal do Júri. Recursos relacionados às nulidades (redação de quesitos, debates, juntada de certidões de passagens por atos infracionais etc.), ao cumprimento e execução provisória das penas, à configuração do dolo eventual em crimes de trânsito etc.

1.5 Atendimento ao cidadão

Em julho de 2022, o MPDFT lançou o Projeto Atendimento ao público: um compromisso de todos. A iniciativa tem o objetivo de aprimorar o atendimento ao cidadão por meio da melhoria na qualidade dos serviços prestados e da satisfação dos usuários atendidos pela Instituição.

Houve uma campanha interna de fomento ao atendimento ao público e foi anunciada a Política de Atendimento ao Público no âmbito do MPDFT, seguida pela aplicação de uma pesquisa de satisfação de atendimento ao cidadão.



Procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, discursa durante implementação do projeto "Atendimento ao público: um compromisso de todos" na Promotoria de Justiça de São Sebastião.

Atendimento em números

Entre o período de janeiro a dezembro de 2021, a Ouvidoria do MPDFT realizou 11.475 atendimentos. Em 2022, até o dia 30 de outubro, esse número chegou a 10.932 atendimentos.

Durante a pandemia, em apoio à Força-Tarefa da COVID-19, foi realizada parceria para direito de uso do Sistema Audivia, criado pelo MP de Pernambuco, pelo MPDFT. Também foi criado o Setor de Acessibilidade de Libras da Ouvidoria, com oferta de curso EAD de instrutoria interna de Atendimento Inicial em Libras. Houve, ainda, a edição de cartilha informativa sobre o Setor de Libras.



Lançamento do projeto Atendimento ao público: um compromisso de todos.

A Ouvidoria do MPDFT também participou da elaboração da cartilha do cidadão, denominada posteriormente como "Fiscaliza aí DF". Foi elaborado o manual de informações ao cidadão sobre as ouvidorias de alguns órgãos públicos no Distrito Federal, incluindo MPDFT, TCDF, MPC, SEFAZ, PCDF e CGDF, além da Ouvidoria do GDF.

Outra medida foi a regulamentação da utilização, manutenção e controle dos sistemas de telefonia móvel e fixa no âmbito do MPDFT. A partir da publicação da Portaria Normativa 828/22, houve a centralização do atendimento telefônico na instituição, o que proporcionou a

padronização da informação à sociedade e o correto direcionamento das pessoas.

A agilidade na transferência do cidadão para a área de interesse e todas as demais melhorias foram possíveis graças aos investimentos nesta área. Em 2022 o MPDFT modernizou seu sistema telefônico e desde então usa uma central com suporte ao Internet Protocol (IP) para realizar e receber ligações em todas as unidades.

A tecnologia garante a estabilidade na comunicação, minimizando as interrupções dos serviços. Além disso, permite concentrar na Sede todo o atendimento, estendendo este serviço às unidades descentralizadas.

Melhorias no atendimento ao público

A Política de Atendimento ao Público do MPDFT foi instituída em junho de 2022 com a publicação da Portaria Normativa 829/2022.

A norma estabelece os princípios, as diretrizes, as metas e os compromissos no atendimento realizado por membros, servidores e colaboradores que atuam diretamente com o público.

A partir da política, o atendimento passou a obedecer os princípios da efetividade, da clareza, da acessibilidade, da confiabilidade e do compromisso público. Ele deve ser célere e adequado, servindo como instrumento de concretização dos direitos do cidadão. Também deve prezar pela facilidade de compreensão e assertividade das informações prestadas.

Entre as iniciativas, merece destaque o projeto “Atendimento ao Público: compromisso de todos”, que instituiu grupo de trabalho para elaboração de protocolos de atendimentos ao cidadão no âmbito do MPDFT.

A iniciativa abre espaço para o usuário opinar sobre a capacidade de assistência da instituição. Além disso, é possível avaliar se o atendimento ajudou na resolução do problema e o que acha que poderia ser melhorado. A ideia é aprimorar o nível de relacionamento entre o Ministério Público e a população.

O projeto-piloto foi implantado no segundo semestre do ano passado nas coordenadorias administrativas de Brazlândia, Águas Claras e São Sebastião.

1.6 Combate ao Crime Organizado

Em 2021, foi deflagrada a Operação Antonov, que apurou o pagamento de vantagem indevida em contrapartida à alteração legislativa distrital que reduziu a alíquota do ICMS de aviação civil de 25% para 12%.



Repercussão de operação do MPDFT na Imprensa

A Operação Maré Alta foi instruída pelos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e pela Assessoria Criminal. A investigação apura irregularidades na locação de imóvel para a sede da Secretaria de Administração Penitenciária, localizada no Setor Bancário Sul. As suspeitas são de direcionamento na licitação e superfaturamento.

Destaca-se também a Operação Ethon, maior investigação do GAECO em 2021, que apurou crimes em contratação de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) pelo Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal (Iges-DF). Foram cumpridos 61 mandados de busca e apreensão para coletar provas de um esquema que resultou no desvio de milhões de reais em dois contratos destinados ao fornecimento emergencial de leitos de UTIs no período entre março e outubro de 2020.

Ainda em 2021, o GAECO também atuou para estrangular o poderio econômico das organizações criminosas, solicitando o bloqueio judicial no total de R\$ 166.847.133,69. Ainda cabe mencionar as Operações Dinheiro Sujo e Falso Negativo.

Em parceria com a 4ª Prosus, foi deflagrada a Operação Malware, que investiga contratos de informática do Instituto de Gestão Estratégica em Saúde (Iges-DF). A investigação identificou aproximadamente R\$ 33 milhões em prejuízo a hospitais e UPAs coordenadas pelo Iges-DF.

Deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em 31 de maio de 2022, a Operação Pomona investigou suspeita de superfaturamento em contrato de locação firmado pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito

Federal (Iges-DF). Os fatos ocorreram entre os anos de 2009 e 2020.

As investigações tinham como foco uma associação criminosa acusada de delitos como peculato, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva. A ação teve o apoio do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Decor) da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF).

Entre outros, foram investigados os empresários Marcelo Perboni, Guilherme Carissimi, Francisco Araújo Filho, ex-presidente do Iges-DF e ex-secretário de Saúde do DF; e José Tenório da Silva Neto, ex-administrador regional do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).

O nome da operação fez alusão à Deusa Pomona, da mitologia Romana, que é associada à abundância de frutas e pomares, ramo econômico explorado pelos empresários investigados na operação.



Repercussão na imprensa do trabalho investigativo do Gaeco.

A Operação Alta Conexão do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) desarticulou em 23 de novembro de 2022 um esquema de desvio de dinheiro público a partir de emendas parlamentares. Ao todo foram cumpridos 20 mandados de busca e apreensão, sendo 17 em Brasília, dois em Goiânia e um em Sergipe. Os alvos foram pessoas físicas e jurídicas, além de servidores públicos do DF.

De acordo com o Gaeco, os investigados direcionavam os recursos públicos das emendas parlamentares para empresas específicas, contratadas pelo governo.

Nome da operação: além de uma das empresas envolvidas na fraude se chamar alta conexão, a escolha também se deu pela conexão que existia entre os investigados. Somando-se investigações próprias e apoios prestados a outros Ministérios Públicos em 2022, o Gaeco já atuou em 8 operações, sendo cumpridos 54 mandados de busca e apreensão.

Assessoria Criminal

Em 2021, a Assessoria Criminal deflagrou a 2ª Fase da Operação Alpha 19 e a 1ª Fase da Operação Milenoe, cujas investigações versam sobre a prática de ilícitos cometidos por Deputados Distritais, especialmente no que se refere à denominada “rachadinha”.

No mesmo período, foram protocoladas mais de 430 manifestações ministeriais diversas em processos encaminhados por força do artigo

28 do CPP, dentre as quais foram ofertadas cerca de 70 denúncias. Por meio do GNCCRIM/CNPG, a Assessoria Criminal atuou na confecção de documentos destinados à reformulação dos substitutivos destinados ao Novo Código de Processo Penal, dirigido ao Congresso Nacional; e auxiliou na elaboração da Nota Técnica Explicativa GNCCRIM nº 01/2021 sobre a destinação das verbas decorrentes de acordos penais e congêneres e na criação do documento que deu origem à campanha “Justiça Começa pela Vítima”, parceria entre MPDFT, MPPI e GNCCRIM/CNPG.

Em 2022, a Assessoria Criminal, em atuação conjunta com a DECOR/PCDF, atuou na investigação dos fatos apurados na Operação Split, e passou a atuar nos mandados de segurança impetrados no TJDF por envolvidos na Operação Aquarela.

Perante os Tribunais Superiores, a assessoria atua nos recursos atinentes aos processos das Operações Falso Negativo e Tenebris. Por força do artigo 28 do CPP, foram elaboradas mais 300 petições até o mês de outubro de 2022, dentre as quais foram ofertadas 42 denúncias.

A área ainda participou de edições em diversas Notas Técnicas do GNCCRIM; e contribuiu para um plano de ação com propostas de aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público brasileiro no âmbito da letalidade policial; e editou a Carta de Santa Catarina/GNCCRIM.

1.7 Controle Externo da Atividade Policial

Análise e Estatística

Em 2021, o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial respondeu por 13 feitos, sendo um deles registrado pelo Núcleo de Combate à Tortura (NCT).

Operação Reis da Rua cumpre busca e apreensão na 20ª DP, no Gama

A PCDF deflagrou, junto ao Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NCAP) do MPDFT, a Operação Reis da Rua



Recorte de notícia sobre operação em Delegacia de Polícia no Gama.

Entre os inquéritos novos, registram-se 19 feitos no NCAP e 5 feitos no NCT. Foram instaurados 252 feitos internos e 191 notícias de fato, além de 19 procedimentos de investigação criminal, 6 inquéritos civis públicos e 36 procedimentos administrativos. Foram realizados 377 atendimentos ao público e expedidas 6 recomendações.

Já em 2022, até o mês de outubro, foram

registrados, em tramitação, 159 feitos judiciais, 43 inquéritos policiais e 12 termos circunstanciados e, ainda, 209 feitos internos instaurados. Também foram instauradas 150 notícias de fato, 40 procedimentos administrativos e 6 inquéritos civis públicos, além de 9 procedimentos de investigação criminal. Houve 242 atendimentos ao público e 2 recomendações expedidas.

CORREIO BRAZILIENSE

CONDENAÇÃO

Ex-agente da PCDF é condenado a 13 anos de prisão por roubo de celulares

O caso ocorreu em dezembro de 2017, e gerou bastante repercussão. Márcio Dias, ao lado de outros dois amigos, cometia furtos de celulares, vestidos de policiais civis

Por Pablo Giovanni*
30/05/2022 20:31 - Atualizado em 02/06/2022 00:03



Destaque do Correio Braziliense para uma das condenações obtidas pelo NCAP.

NCAP – Reis da Rua

Deflagrada pelo Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NCAP), com o apoio da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) em 20 de dezembro de 2022, a operação “Reis da Rua” investigou o envolvimento de três policiais civis da 20ª Delegacia de Polícia do Gama com crimes de apropriação de bens, dinheiro e entorpecentes de pessoas abordadas ou presas em operações e eventualmente seus parentes.

Foram cumpridos mandados judiciais de busca e apreensão expedidos pela 1ª Vara Criminal do Gama, DF. Os promotores do NCAP

colheram depoimentos que apontam o envolvimento dos agentes públicos, com relatos de desvio de drogas e dinheiro apreendido com traficantes, além de objetos pessoais.

1.8 Tribunal do Júri e de Defesa da Vida



Coordenador do Núcleo do Tribunal do Júri e Defesa da Vida, Raoni Parreira Maciel, apresenta os resultados do Projeto Verum.

Entre as atividades do Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida, destaca-se o aprimoramento do Projeto Verum, que visa compreender as singularidades e particularidades das instituições que atuam na responsabilização dos autores dos crimes de homicídio. Os dados relativos aos homicídios ocorridos nos anos de 2018, 2019 e 2020 estão completos e os dados relativos ao ano de 2021 serão concluídos ainda em dezembro.

O Verum chega ao terceiro ano de funcionamento e já acompanha os mais de 1.300 casos de homicídios consumados no Distrito Federal, ocorridos desde o ano de 2018. Possui informações sobre tempo de denúncia e julgamento em cada Tribunal do Júri, capacidade de resolução dos homicídios em cada Delegacia de Polícia. Além disso, consegue analisar os resultados dos processos, com informações sobre a quantidade de homicídios qualificados, feminicídios e até mesmo a arma utilizada no cometimento de cada um desses crimes.

Em termos globais, a Polícia Civil do Distrito Federal resolveu aproximadamente 70% desses homicídios. Foram oferecidas 834 denúncias pelo Ministério Público. Em 541 casos, o processo já foi julgado e em 77% dos casos julgados, houve a condenação dos acusados.

Atuações no Júri

O Núcleo atuou diretamente em 33 sessões plenárias. Foram feitas reuniões periódicas entre Secretaria de Segurança Pública e Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios para discutir as políticas públicas de enfrentamento aos homicídios e feminicídios.

Na parte de capacitação, foram ministrados os cursos: Assessoria especializada no Tribunal do Júri; Treinamento de servidores para o preenchimento dos dados das sessões plenárias no sistema Verum; Curso de Ingresso e

CRIME DA 113 SUL / Justiça decide o futuro da arquiteta, acusada de mandar matar os pais e a empregada da família. Em depoimento, a ré criticou a investigação da Polícia Civil e detalhou o relacionamento com as vítimas



Ostentando o Tribunal do Júri de Adriana Vilela, julgando por tríplice homicídio cometido em agosto de 2021, chegou ao nome dela de depoimentos: o mais longo da história do Distrito Federal

Júri de Adriana termina hoje

• ALAN RIOS
• MARILYN VICENCO
• VALÉRIA GALDINO

O júri de Adriana Vilela, julgando o crime de 113 Sul, começou hoje. A ré, acusada de mandar matar os pais e a empregada da família, chegou ao nome dela de depoimentos: o mais longo da história do Distrito Federal



Kakay, advogado de defesa da arquiteta, serve água durante o depoimento: testemunho bastante agitado



Viu na Corvêla imagens da minha mãe morta que me atormentaram durante muito tempo. Eu fechava os olhos para dormir e aquela cena vinha à minha cabeça"

Ao menos, eu tinha até vontade de rir, porque policiais estavam criando um teatro para me incriminar. Um deles perguntou se eu estava achando que ele tinha cara de palhaço, eu pensei que sim, porque

Vitaliciamento (CIV), em conjunto com a Corregedoria-Geral e Escola Superior do Ministério Público da União.

1.9 Crimes Cibernéticos e Criptoativos

Em 2021, o Núcleo de Combate a Crimes Cibernéticos do MPDFT (NCyber) obteve a condenação de 3 pessoas denunciadas pelo crime de estelionato praticado por meio do aplicativo *Whatsapp*, no qual o criminoso se faz passar por pessoa conhecida da vítima e solicita transferência de valores. Também ofereceu denúncia, no âmbito da operação “Testa de Ferro”, em desfavor de 30 pessoas pela prática dos crimes de furto mediante fraude, lavagem de valores e organização criminosa.

Em 2022, o NCyber ofereceu denúncia contra funcionário do Banco Regional de Brasília (BRB) pela prática dos crimes de furto mediante fraude e lavagem de dinheiro. Também obteve a condenação de 4 pessoas denunciadas pela prática dos crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso, estelionato, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Na parte de capacitação, o NCyber promoveu o curso “Investigação Criminal em Ambiente Cibernético”, destinado a membros e servidores do MPDFT.



Na Mira

PCDF e MP prendem quadrilha e investigam fraude bancária de R\$ 2,6 mi

Ação da PCDF e do MPDFT cumpre 15 mandados judiciais, sendo 10 de busca e apreensão e cinco de prisão temporária

Mirelle Pinheiro, Carlos Carone

02/06/2022 7:17, atualizado 02/06/2022 8:58



Atuação do Ncyber é destaque em matéria veiculada no portal Metrôpoles.



Coordenador da Unidade Especial de Criptoativos (Crypto), Frederico Meinberg, apresenta o primeiro laboratório de lavagem de dinheiro por meio de moedas digitais do Brasil.

Criptoativos

A Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial foi transformada em Unidade Especial de Criptoativos (Crypto). Neste contexto, foi lançado o primeiro laboratório de lavagem de dinheiro por meio de criptoativos do Brasil.

Também foi criado o protocolo de atuação criminal e cível em demandas envolvendo criptoativos. A unidade analisa ainda diversas ferramentas estrangeiras de visualização de transações envolvendo

criptomoedas e *blockchains*.

Na parte de capacitação, foi lançado o curso “Criptoativos e o Ministério Público – fundamentos básicos” e a produção de conteúdo para

divulgação do tema. O objetivo é qualificar membros e servidores de todas as áreas.

1.10 Inteligência e Segurança da Informação

Cooperação Técnica

O Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) trabalhou pela celebração de novos acordos de cooperação técnica visando ao compartilhamento de dados e à interoperabilidade entre o MPDFT e os sistemas da Controladoria Geral da União, do Instituto Nacional de Seguro Social, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério do Meio Ambiente. Também aprimorou a parceria com a Rede-Lab do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Além disso, estão em andamento parcerias para compartilhamento legítimo e legal de dados e experiências com os Ministérios Públicos Federal da Paraíba, de São Paulo e da Bahia, além de acordos de cooperação com o Departamento de Trânsito do DF (DETRAN/DF) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE).

Operações

No período de janeiro de 2021 a outubro de 2022, o CI organizou 18 operações e prestou apoio aos órgãos de persecução penal para cumprimento de mandados judiciais de busca e apreensão e/ou mandados de prisão. Sete dessas operações foram realizadas em apoio a Ministérios Públicos de outros Estados da Federação.

Fortalecimento das investigações

Foram finalizados os procedimentos para licitação do projeto oriundo de financiamento aprovado pelo Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2019, cujos recursos destinam-se à aquisição de equipamentos e modernização das estruturas do Centro de Inteligência e do Grupo Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), com fortalecimento da área investigativa e das ações de inteligência. Foram executados R\$ 388 mil em 2021 e R\$ 2,4 milhões em 2022.

Para fortalecer a estrutura administrativa, foi criada a Divisão de Contrainteligência no âmbito do CI, com o objetivo de planejar e coordenar a execução das medidas de contrainteligência no MPDFT.

1.11 Controle e Fiscalização do Sistema Prisional

No último biênio, o Nupri deu andamento ao Projeto Diálogos Inclusivos, uma parceria com a Coordenadoria de Autocomposição. O projeto tem o objetivo incrementar a comunicação entre o MP e os familiares dos apenados no sistema penitenciário do DF, de modo a conhecer suas demandas e prestar melhores esclarecimentos ao público.

O Núcleo também firmou termo de ajustamento de conduta com as empresas fornecedoras de alimentação para os presídios, para que passassem a especificar o tipo de carne nas embalagens e nas notas fiscais, permitindo uma fiscalização mais precisa do cumprimento contratual.

É papel do Nupri, ainda, acompanhar as tratativas para obtenção de terreno para construção da APAC/DF, uma importante ação no eixo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade; bem como o início do procedimento licitatório visando à implantação de circuito fechado de TV (CFTV) em todo o sistema prisional. Nessa mesma linha, o Nupri também trabalha pela apresentação de projeto de lei para implantação do Fundo Rotativo no DF.



Servidora do MPDFT presta atendimento no âmbito do projeto Diálogos Inclusivos.



Promotor de Justiça do Nupri, Rodrigo Machado, durante visita ao complexo da APAC em Pracatu/MG.

Outro projeto em andamento é o que visa fomentar a criação do Conselho de Usuários da SEAPE, com o objetivo de agregar transparência e informação aos usuários do sistema prisional do DF. Além disso, o Nupri tem realizado eventos de aproximação da Ouvidoria do MPDFT no Complexo da Papuda. A ação amplia a compreensão dos servidores da Ouvidoria sobre as demandas registradas através

dos canais de atendimento do MPDFT.

Além disso, foram iniciadas tratativas para realização de diagnósticos prisionais e propositura de capacitações profissionais dos policiais penais com o objetivo de humanização do sistema prisional. Regis

tre-se também a execução da parceria estabelecida com o Ministério Público do Trabalho no âmbito do Projeto de Ação Integrada – Sistema Prisional, que visa à troca de informações, conhecimentos e experiências sobre trabalho prisional. Nesse sentido, foi realizado o seminário “Execução Penal em Perspectivas”, em parceria com diversos órgãos do sistema prisional.



Reeducandos acompanham apresentação cultural durante ação de ressocialização supervisionada pelo Nupri.

Também foi realizada intermediação para o credenciamento do Conselho da Comunidade junto ao CEMA/MPDFT visando ao recebimento de recursos decorrentes de institutos despenalizadores (ANPPs,

dentre outros), os quais vêm sendo destinados ao sistema prisional. Isso permitiu a doação de dezenas de máquinas de barbear e controles de biometria para os presídios, além de outros equipamentos. Foi concretizada a implantação da sala de odontologia no CDP-II, garantindo aos internos assistência odontológica.

Outra iniciativa relevante em andamento no Nupri/MPDFT é o estudo de viabilidade para a implantação no DF do modelo de ressocialização criado pela Associação de Proteção e Amparo ao Condenado (APAC) de Minas Gerais.

Além de articular com o poder público a adoção do modelo no Sistema Prisional do DF, o Núcleo busca parcerias com instituições da sociedade civil interessadas na pauta.

Em dezembro do ano passado, o Nupri organizou visita à APAC de Paracatu/MG, na companhia de representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Câmara Legislativa do DF.

O objetivo da APAC é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar.

A instituição funciona como entidade auxiliar do poder Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semi-aberto e aberto.

A principal diferença entre a APAC e o sistema carcerário comum é que, na APAC, os internos são corresponsáveis pela recuperação deles, além de receberem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pela comunidade.

A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das

entidades, sem a presença de policiais e agentes penitenciários. Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles possuem atividades variadas, evitando a ociosidade.

1.12 Direitos Humanos



Integrantes do NED durante ação no Mês do Orgulho LGBTQIAP+. Sede do MPDFT foi iluminada com as cores do arco-íris.

Os Núcleos de Direitos Humanos receberam atenção especial na estruturação de suas equipes com a finalidade de permitir melhor desempenho de suas atribuições. Entre os principais projetos, destacam-se os seguintes:

Enfrentamento à discriminação

- **Projeto Pés na Rua** – O projeto Pés na Rua é um dos semifinalistas da 10ª edição do Prêmio CNMP e concorre na categoria “Fiscalização de políticas e recursos públicos”. Ele foi desenvolvido com o objetivo de promover ações de fomento e de acompanhamento da execução da política para inclusão social da população em situação de rua do Distrito Federal.
- **Instauração de procedimento interno** – o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação instaurou 8 procedimentos internos com os objetivos de apurar a ação do governo em relação à população em situação de rua durante a pandemia; fomentar a construção de plano de segurança alimentar que inclua a população em situação de rua; proceder à investigação sobre a abordagem policial contra a população em situação de rua; analisar crimes violentos praticados contra a população em situação de rua no Setor Comercial Sul; avaliar a adequação da estrutura física e sanitária dos abrigos; analisar o orçamento público; reativar o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Distrital para a População em Situação de Rua; e acompanhar a contagem oficial da população em situação de rua no Censo Nacional da População no Brasil.
- **Business Intelligence (BI) de injúria racial** – Projeto do NED e do Núcleo de Ciências de Dados (NCD) para o mapeamento de crimes de injúria qualificada e racismo por meio de ferramenta de inteligência de dados que tem o objetivo é coletar informações como perfil dos autores e das vítimas, escolaridade, áreas de incidência, datas, entre outros, para viabilizar uma leitura mais ampla dos contextos em que os crimes ocorrem. Em 2021, foi divulgado o primeiro mapeamento com a inclusão de dados de arquivamento e local de ocorrência dos crimes. Os dados dispo-

nibilizados contribuem para o aprimoramento da atuação do MP em políticas públicas.



Logotipo do projeto Oxalá, criado pela equipe do MPDFT.

- **Projeto Oxalá** – O Projeto Oxalá consiste num conjunto de ações articuladas pelo Núcleo de Enfrentamento à Discriminação, em parceria com outras instituições, com a finalidade de enfrentar o racismo e a discriminação racial no Distrito Federal. No que diz respeito à atenção à vítima de crimes raciais, foram firmadas parcerias com a Defensoria Pública do DF e o Núcleo de Prática Forense do Instituto de Educa-

ção Superior de Brasília (IESB) para acompanhamento jurídico e psicossocial das vítimas. Em relação à intervenção criminal efetiva e ressocializadora, o NED celebrou parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para ministrar curso de conscientização sobre igualdade racial aos réus de processos de racismo e injúria racial.

- **Direitos de mulheres trans e travestis em contexto de privação de liberdade** – Foi realizado diagnóstico do contexto atual das mulheres trans e travestis custodiadas no sistema prisional do Distrito Federal e analisado o impacto da decisão proferida pelo STF nos autos da ADPF 527/DF nos presídios do Distrito Federal. O relatório final do projeto está em fase de elaboração.
- **Projeto Cidadania Não Binária** – Em novembro de 2022, o NED participou do Projeto Cidadania Não Binária, por ocasião da Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa garantiu o direito à requalificação de nome e gênero no registro civil a 24 pessoas não binárias. O projeto é resultado de uma parceria interinstitucional com o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Distrito Federal (NDH/DPDF), o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Itinerante (CEJUSC-Itinerante/TJDFT) e a Associação dos Notários e Registradores do Distrito Federal (ANOREG/DF).

Núcleo de Gênero

Campanhas Educativas

- **Canais de denúncia e atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar** – No contexto de isolamento social, o Núcleo de Gênero divulgou um vídeo com orientações sobre os canais de denúncia e atendimento disponíveis no Distrito Federal. Participam do vídeo integrantes do MPDFT, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Defensoria Pública e da Secretaria de Estado da Mulher.

- **Campanha Mulheres que Fizeram História** – Ao longo do ano de 2021, o Núcleo de Gênero divulgou nas redes sociais do MPDFT a trajetória de personalidades com o objetivo de dar visibilidade a mulheres brasileiras que foram figuras históricas importantes na luta pela igualdade racial e de gênero no país.
- **Campanha “Voz para todas – Nós e a Lei Maria da Penha pelo fim da violência contra as mulheres”**. Criada em parceria com os Ministérios Públicos estaduais com o intuito de conscientizar a população sobre a importância da Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica. A campanha marcou os “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” no ano de 2021 com a publicação de conteúdos educativos em redes sociais e promoção de eventos virtuais e presenciais sobre o tema.
- **Dia Internacional da Mulher** – No Dia Internacional da Mulher em 2022, o Núcleo de Gênero divulgou, nas redes sociais do MPDFT, campanha que alerta sobre as diversas formas da violência contra a mulher e ressalta sobre a importância da denúncia contra os agressores para proteção das vítimas.
- **Campanha “Toque de Amiga”** – Em agosto de 2022, o NG aderiu à Campanha “Toque de Amiga”, da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e familiar contra a Mulher (Copevid). A iniciativa teve como objetivo conscientizar a sociedade sobre as diversas formas de violência psicológica contra as mulheres.
- **Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”** – Campanha produzida para marcar os “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” no ano de 2022. Tem o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a violência contra as mulheres, destacando a atuação do sistema de justiça criminal no tratamento dos crimes de feminicídio.
- **Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente** – Em 2021, por meio de vídeos divulgados nas redes sociais do MPDFT, o Nevesca e as Promotorias de Justiça de Ceilândia e Samambaia abordaram o tema do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Os vídeos alertam e orientam pais, educadores e responsáveis e informam sobre os canais de denúncia.



Campanha educativa desenvolvida pelo Núcleo de Direitos Humanos. Material foi divulgado nos canais oficiais do MPDFT.

1.13 Comunicação com o público

De janeiro de 2021 até julho de 2022, a área de comunicação externa realizou 2.251 atendimentos à imprensa. Em conjunto com os releases produzidos pelo setor, foram publicadas **mais de 20.400 matérias sobre o MPDFT na imprensa**, ou seja, mais de 1.000 matérias por mês. O valor aproximado em mídia espontânea foi de mais de R\$ 324 milhões (segundo empresa de clipping contratada). Somente no site do MPDFT, foram mais 1.100 publicações.



Identidade visual criada para o Guia Prático de Acessibilidade para Comunicação

Na parte de comunicação interna, foi lançado o serviço “MPDFT Hoje” pelo WhatsApp e a Revista do MPDFT em homenagem aos 60 anos da Instituição.

Confira abaixo outras iniciativas

- **Guia Prático de Acessibilidade para Comunicação** – Protocolo de acessibilidade em comunicação social voltado a produtos e serviços do MPDFT, implementando as melhores práticas de maneira a orientar os comunicadores na produção e veiculação de conteúdo de modo acessível, para que as pessoas com deficiência possam compreendê-lo.
- **Podcast O MP que a gente conta** – Lançado nesta gestão, o projeto “Podcast O MP que a gente conta” tem sido disseminado entre os públicos interno e externo, a fim de torná-lo mais conhecido.
- **Mídia indoor** – Inicialmente, foram implementados monitores para divulgação de notícias, vídeos e conteúdos institucionais em elevadores, no interior do restaurante e na sala de convivência.
- **Criação da unidade de comunicação digital** – a área passou a contar com 3 ramificações: Assessoria de Vídeo e Transmissões; Seção de Redes Sociais; e Serviço de Criação Digital. Entre as



||||| 0 |||||
**MP QUE
A GENTE
CONTA**

Logotipo do podcast do MPDFT. Lançado nesta gestão, o projeto é voltado aos públicos interno e externo.

competências da unidade, estão a execução da política de comunicação digital do MPDFT, a produção audiovisual de comunicação social da instituição e o gerenciamento da presença do MPDFT nas mídias digitais.

Merece destaque a produção de 267 vídeos institucionais nos últimos dois anos, média de 11 vídeos por mês, o que configura um aumento de 20% em relação ao biênio passado.



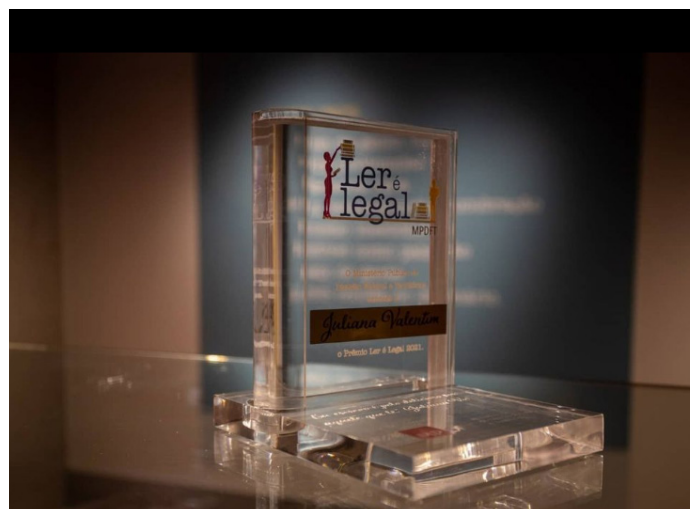
Evento de lançamento da Unidade de Comunicação Digital.

A gestão das redes sociais respondeu por 49% no aumento de seguidores no Instagram e 147% no Youtube em relação ao biênio passado. Hoive, ainda, aumento de 47% nas visualizações de eventos institucionais ao vivo entre 2021 e 2022.

- **Publicidade** – Até outubro deste ano foram desenvolvidas 640 ações de criação, entre campanhas, diagramação de documentos e cartilhas, identidade visual, logos e peças avulsas para ilustração de textos.

Merecem destaque os designs para as obras das exposições do Espaço Memória (2022); do Projeto Ler é Legal (2021 e 2022); da Força-tarefa (2022); de mapa estratégico no novo Planejamento Estratégico do MPDFT; a criação do troféu para prêmio de Ler é Legal e ANPP; desenvolvimento do kit organizador nos anos de 2021 e 2022 (composto por calendário, moleskine e planner); e o apoio comunicacional para a realização do 32º concurso para promotores de justiça.

- **Administrativo** – Execução orçamentária de 99,35% no último exercício financeiro, com destaque para aquisição de equipamentos para estruturação do setor de mídias sociais e vídeo (câmera e lentes fotográficas, ring light, tablet, celular, teleprompter, entre outros).



Leiaute final do troféu para prêmio Ler é Legal. Concepção da Secom do MPDFT.

1.14 Planejamento Estratégico



Assessora especial de Planejamento Estratégico, Hiza Carpina, e o secretário de Planejamento, José Joaquim Vieira, durante reunião para institucionalização do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2022-2026.

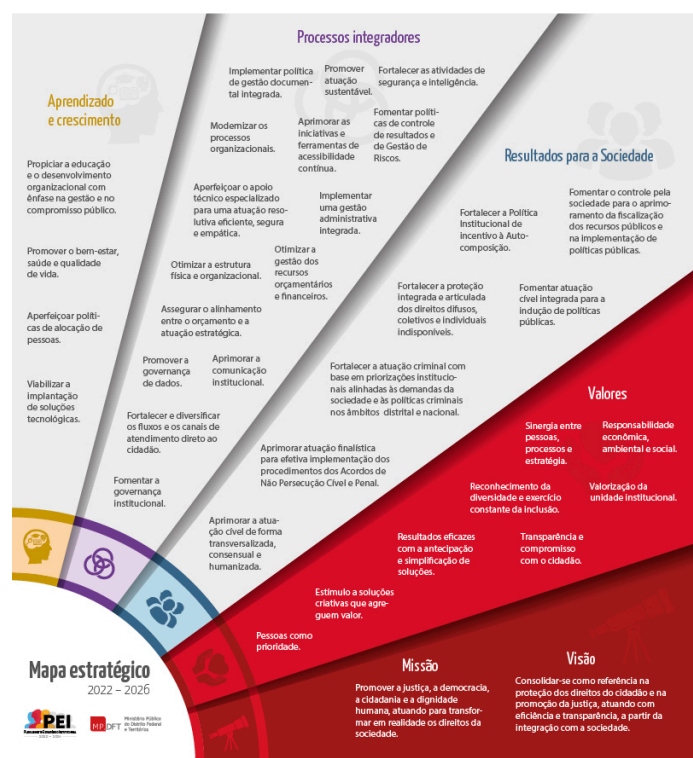
A grande prioridade de planejamento na Gestão 2021-2022 foi a elaboração do novo Planejamento Estratégico do MP-DFT para o período 2022-2026, precedido pela reavaliação da cadeia de valores.

O novo planejamento foi elaborado seguindo as diretrizes do CNMP e teve aprovação do CSMPDFT em 14 de novembro de 2021, por meio da Portaria nº 850, de 9 de setembro de 2022, a qual regeu as iniciativas para elaboração do Mapa Estratégico abaixo:

Durante a revisão da cadeia de valores, foram mapeados 395 processos de trabalho, sendo 5 na perspectiva Aprendizado e Crescimento, 22 na perspectiva Resultados para a Sociedade e 288 na perspectiva Processos Integradores. Confira abaixo o novo diagrama da Cadeia de Valor:

Desenvolvimento de projetos

No período de 2021-2022 foram elaborados 21 projetos. Em 2021 foram 11 projetos, sendo 8 relacionados a Resultados para a Sociedade, 2 a Atividades Internas e 1 relacionado a Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia. Em 2022 foram 10 projetos elaborados, sendo 4 relacionados a Resultados para a Sociedade, 5 a Processos Integradores e 1 Aprendizado e Crescimento.



Mapa estratégico 2022-2026.

1.15 Premiações CNMP

Quatro projetos foram contemplados com Prêmios CNMP no período 2021-2022. São eles:



Identidade visual para as plataformas DiliGente e Protetor.

- **Projeto DiliGente** – localizando pessoas: disponibiliza informações sobre a localização de partes envolvidas em processos, sejam estas testemunhas, vítimas ou investigados. Concorreu na categoria Persecução Cível e Penal e classificou-se em 3º lugar.

- **Sistema Protetor** – acompanhando as curatelas no DF: tem como objetivo aperfeiçoar a atuação do MPDFT na fiscalização e no acompanhamento das tutelas e curatelas, por meio da implantação do Protetor em todas as Coordenadorias do MPDFT e capacitar servidores para o uso adequado do sistema. Concorreu na categoria Governança e Gestão e ficou em 3º lugar.

- **Projeto Mãos Estendidas** – programa que tem como objetivo fomentar o acolhimento das vítimas de violência doméstica que requeiram medidas protetivas de urgência, em especial, as vítimas submetidas aos crimes de violência por mais de uma vez e as residentes na área rural. Concorreu na categoria de Fiscalização de políticas e recursos públicos e conquistou o 3º lugar.



Procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, e secretário de Planejamento do MPDFT, José Joaquim Vieira de Araújo (à direita), na solenidade de entrega do Prêmio CNMP.



- **Projeto Pés na rua** – trata-se de política para inclusão social da população em situação de rua do DF. A ação objetiva monitorar as políticas públicas locais implementadas por meio da elaboração de recomendações e ajuizamento de ação civil pública; celebrar de parcerias com setor público e movimentos sociais; e reconhecer experiências exitosas na temática. Conquistou 3º lugar na premiação.

Da esquerda para a direita, o conselheiro do CNMP Moacyr Rey Filho, as promotoras de Justiça do Núcleo de Direitos Humanos, Polyanna Silveiras e Mariana Nunes, a procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa e servidores do MPDFT durante a entrega do Prêmio CNMP.

1.16 Aprimoramento da estrutura administrativa e da atividade-fim

No período de dezembro de 2020 a novembro de 2022, foram realizadas alterações de estrutura que terão impacto positivo nos resultados da atividade-fim do MPDFT. Além das alterações de atribuições e de ofícios, foram criadas 29 novas Promotorias de Justiça de apoio operacional e 8 Procuradorias de Justiça.

A criação das Promotorias de Justiça de Apoio Operacional foi publicada em 7 de junho de 2022, por meio da Resolução nº 289. Elas foram criadas após iniciativa da Administração Superior, com base em estudo do Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT, que leva em conta, entre outros aspectos, o equilíbrio do volume de trabalho e a sustentabilidade das Coordenadorias Administrativas.



Fabiana Costa em reunião de alinhamento com membros da Administração Superior.

Na parte administrativa, também foram criados 164 cargos em comissão. Assim, o MPDFT passou a contar com 758 cargos em comissão (em 2020 eram 670) e 844 funções comissionadas (antes eram 822).

Em março de 2022, também foi aprovado o novo Regimento Interno da Instituição (Portaria Normativa PGJ nº 804, de 11 de março de 2022), de acordo com a nova estrutura administrativa.

Revisão de normativo para o plantão

Publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 1º de abril de 2022, a Resolução nº 287 do Conselho Superior fixou as atribuições dos membros durante o regime de plantão de primeira e segunda instâncias, bem como os critérios para a escala no MPDFT.

Entre as alterações que entraram a vigor, merece destaque a ampliação do prazo para compensação dos dias trabalhados em regime de plantão, que passou de 12 para 24 meses.

A Resolução também admite a atuação como voluntário no plantão fora do expediente forense, com direito à compensação. A prévia da escala do plantão deverá ser divulgada mensalmente com antecedên-

cia de, pelo menos, 30 dias. Para o recesso de final de ano, Carnaval e Semana Santa, a agenda deve ser divulgada com seis meses de antecedência.

Além de consolidar as regras do plantão em um único ato normativo, com maior detalhamento dos dispositivos, a iniciativa colabora com a organização das agendas dos membros e evita problemas relacionados a substituições nas escalas de trabalho.

Radar Estratégico 2021

O Mapa Estratégico Nacional possui 13 objetivos estratégicos conforme 3 perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Integradores e Aprendizado e Crescimento. Esses objetivos estratégicos são desdobrados em 74 ações.

O MPDFT contribuiu com ações em todos os 13 objetivos estratégicos e superou o percentual de atingimento da meta nacional em 48 das 74 ações, ou seja, em praticamente dois terços (65%) das ações.

A perspectiva “Resultados para a Sociedade” possui seis objetivos estratégicos desdobrados em 25 ações. O MPDFT contribuiu em 19 ações (76%), sendo que em 16 dessas ações a Instituição superou o percentual de atingimento da meta nacional.

A perspectiva “Processos Integradores” possui dois objetivos estratégicos desdobrados em 14 ações. O MPDFT contribuiu em todas as ações (100%) e em 12 delas superou o percentual de atingimento da meta a nível nacional.

A perspectiva Aprendizado e Crescimento possui cinco objetivos estratégicos desdobrados em 35 ações. O MPDFT contribuiu em 25 ações (71,4%) e em 20 delas superou o percentual de atingimento da meta a nível nacional.



Vice-Procuradoria- -Geral de Justiça Institucional

Modernização dos sistemas e gestão de dados

Documentação e Informação

2.1 Modernização dos sistemas e gestão de dados

O biênio de 2021-2022 foi dedicado à consolidação dos projetos a cargo da Vice-Procuradoria Geral de Justiça Institucional, notadamente a implementação do Programa de Proteção de Dados, com vistas à adequação das atividades do MPDFT à Lei nº 13.709/2018, bem como o desenvolvimento e a atualização do sistema neoGab.

Ganha destaque nessa área a implementação de sistemas eletrônicos voltados aos procedimentos extrajudiciais; o processo de digitalização dos inquéritos policiais e termos circunstanciados; a gestão do Programa de Estruturação da Plataforma de Ciência de Dados (Prodados), que visa sistematizar a análise de dados na produção do conhecimento dos dados ativos do MPDFT; e a formalização da utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Proteção de Dados

Nessa área, merece destaque a criação de um Programa de Governança de Dados Pessoais por meio de um plano de ação que estabeleceu de forma coordenada as atividades do Comitê Executivo de Privacidade e os produtos a serem entregues até o final da gestão, em 2022.



Procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, conduz solenidade de assinatura da portaria que institui o Comitê Estratégico da Inovação e Governança de dados do MPDFT.

Entre os resultados esperados e já alcançados pelo projeto estão: desenvolvimento do sistema de Inventário de Dados Pessoais – IDP; estabelecimento de boas práticas de governança e gestão dos dados pessoais em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); definição do Termo de Uso e Política de Privacidade; produção de campanhas de divulgação, disseminação e aplicação dos conceitos e princípios da LGPD; elaboração do Plano de Resposta a Incidente de Segurança com Dados Pessoais (PRISDP); publicação da Política de Proteção de Dados Pessoais do MPDFT; e adequação dos contratos e atos convocatórios para observância à LGPD.

Além disso, o MPDFT tem disseminado, paulatinamente, boas práticas de governança e gestão dos dados pessoais estabelecidas em consonância com a LGPD, especialmente com a disponibilização de

curso de capacitação e a realização de campanhas publicitárias informativas.

Em 2021, a Vice-Procuradoria Geral de Justiça Institucional passou a coordenar a comissão para atualização das normas relacionadas ao acesso à informação no âmbito do MPDFT. O objetivo dos trabalhos foi compatibilizar as previsões da Lei de Acesso à Informação (LAI) com as obrigações previstas na LGPD. O grupo cumpriu os trabalhos com apresentação de relatório que reafirmou a compatibilidade entre a LAI e a LGPD, bem como traçou diretrizes para melhorar a atuação do MPDFT nesta temática.

Também foi instituído o Comitê Estratégico de Inovação e Governança de Dados do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do qual faz parte a Câmara Técnica de Privacidade de Dados Pessoais, unidade operacional que abarcou as atribuições do anterior Comitê Executivo de Privacidade.

Também foi instituído grupo de trabalho para estudo de criptoativos, com a missão de acompanhar a evolução tecnológica de criptoativos e seus respectivos impactos jurídicos.

A iniciativa foi pioneira no país e visou também acompanhar a normatização dos criptoativos no Congresso Nacional, articular com entes públicos e privados o aprimoramento das bases de conhecimento do MPDFT sobre o tema e viabilizar oportunidades de capacitação de integrantes do MPDFT e da sociedade em geral. Esse trabalho resultou na criação da Unidade Especial de Criptoativos.



Reunião do Comitê Estratégico de Inovação e Governança de Dados

2.1.2 - Processo Eletrônico

A Coordenadoria Executiva do Processo Eletrônico participou das reuniões do Comitê Gestor do PJe do TJDF, da Comissão Gestora do neoGab, da Subcomissão Gestora do neoGab, da elaboração da Lei Geral de Proteção de Dados, de reuniões técnicas com TJDF e PCDF, do Grupo Extrajudicial de trabalho do NeoGab e de vários outros grupos de trabalho.

Além disso, elaborou orientações para os usuários, deu publicidade às evoluções do sistema, fez apresentações setoriais do módulo extrajudicial, gerenciou a emissão de certificados digitais, atendeu membros e servidores; pautou e gerenciou as demandas para deliberação e priorização da Comissão Gestora do NeoGab.

Dentre as principais iniciativas nesse período destacam-se o desenvolvimento do Painel de Ações Individuais de Saúde e do Painel de Crimes de Injúria Qualificada.

No âmbito judicial, destaca-se a participação da Coordenadoria nas negociações com o TJDFT para implantação da tramitação direta entre o MPDFT e a PCDF. Essa ferramenta possibilitou o trâmite, sem intervenção manual do juízo, entre os órgãos, permitindo a movimentação célere e objetiva de procedimentos policiais, bem como o aprimoramento do controle de prazo.

Neogab extrajudicial

Em novembro de 2021 teve início a implementação do módulo extrajudicial do sistema NeoGab, inicialmente como projeto-piloto que abrangia as Proregs, Prourebs e Profides, consoante o disposto na Portaria PGJ nº 599, de 9 de novembro de 2021. Essa iniciativa elencou,

como integrantes da primeira versão, as classes “Procedimento Administrativo” e “Inquérito Civil Público”.

Nos meses seguintes, com a evolução gradativa do sistema e a inclusão de novas classes, outras promotorias foram aderindo ao projeto-piloto, o qual foi encerrado em julho de 2022, por meio da Portaria PGJ nº 414, de 5 de julho de 2022, que determinou a implantação do módulo extrajudicial em todas as unidades

do MPDFT e a obrigatoriedade de sua utilização para os novos procedimentos.

Atualmente, o NeoGab está implantado em todas as unidades e permite a realização de todo o fluxo dos procedimentos extrajudiciais – da instauração ao arquivamento, homologação ou ajuizamento da ação. Foram entregues novos recursos e ferramentas, como a remessa às Câmaras de Coordenação e Revisão e aos serviços de perícias e diligências, concentrando todas as atividades em um só sistema a fim de garantir mais celeridade à atuação ministerial.

A evolução do NeoGab para incluir os procedimentos extrajudiciais é resultado do esforço conjunto do Grupo de Trabalho formado em 2019 por vários setores, incluindo Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional, Corregedoria, Coordenadoria Executiva do Processo Eletrônico, Coordenadoria de Documentação e Informação, Secretaria de Tecnologia da Informação, além de membros e servidores de promotorias extrajudiciais de diferentes áreas.

O NeoGab encontra-se em constante aperfeiçoamento com o objetivo de otimizar rotinas e procedimentos, a partir de sugestões e



Logotipo da plataforma NeoGab. Sistema completa o fluxo do Processo Eletrônico no MPDFT.

demandas dos usuários. No decorrer desse processo, a Coordenação Executiva do Processo Eletrônico tem emitido orientações e promovido atividades de capacitação e atualização para uso de novas ferramentas, que são continuamente desenvolvidas.

2.1.3 Business Intelligence

Quanto às iniciativas relacionadas ao Núcleo de Ciência de Dados, foram desenvolvidos os seguintes projetos de Business Intelligence:

- Painel de Injúria Racial e Qualificada;
- Painel de Análise de Crimes de Entorpecentes;
- Painel de Análise de Crimes de Injúria Qualificada;
- Painel de Análise das Ações Individuais de Saúde;
- Painel de Mapa de Violência contra a Pessoa Idosa; e
- Painel para Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente.



Painel sobre a violência contra a pessoa idosa

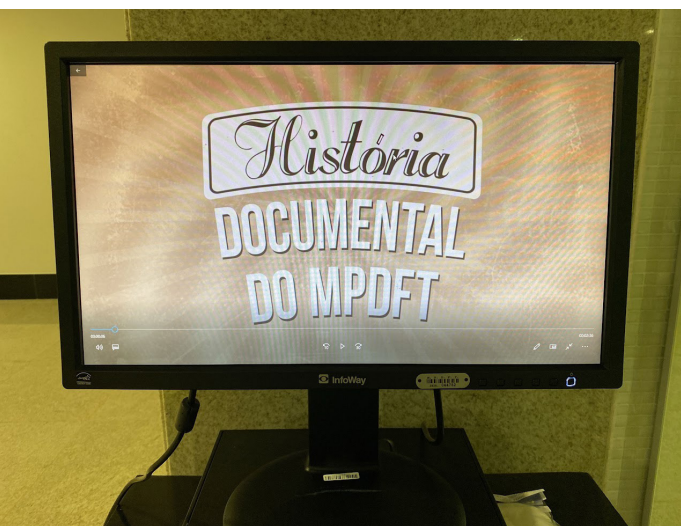
Ilustração para o painel de business intelligence, que trata do gerenciamento de dados do mapa de violência contra idosos.

Além desses, foi iniciado o Projeto Observa MPU, projeto de inteligência artificial, em parceria com o Núcleo de Gênero, para casos de medida protetiva de urgência em crimes de violência doméstica. O propósito é usar técnicas desde a etapa de coleta de informações a métodos preditivos para subsidiar as decisões dos magistrados com mais dados e celeridade. Atualmente, o projeto está em desenvolvimento com entrega prevista para 2023.

Há, ainda a institucionalização do Programa Prodados, o qual visa definir e padronizar o uso da inteligência de dados no MPDFT, fomentando a análise de dados para tomada de decisão, definição de estratégias e acompanhamento da eficiência de políticas públicas. Por meio de plataformas e tecnologias de ciência de dados, deve-se investir em mineração de dados e compartilhamento e integração de dados, tanto internamente quanto com outras instituições.

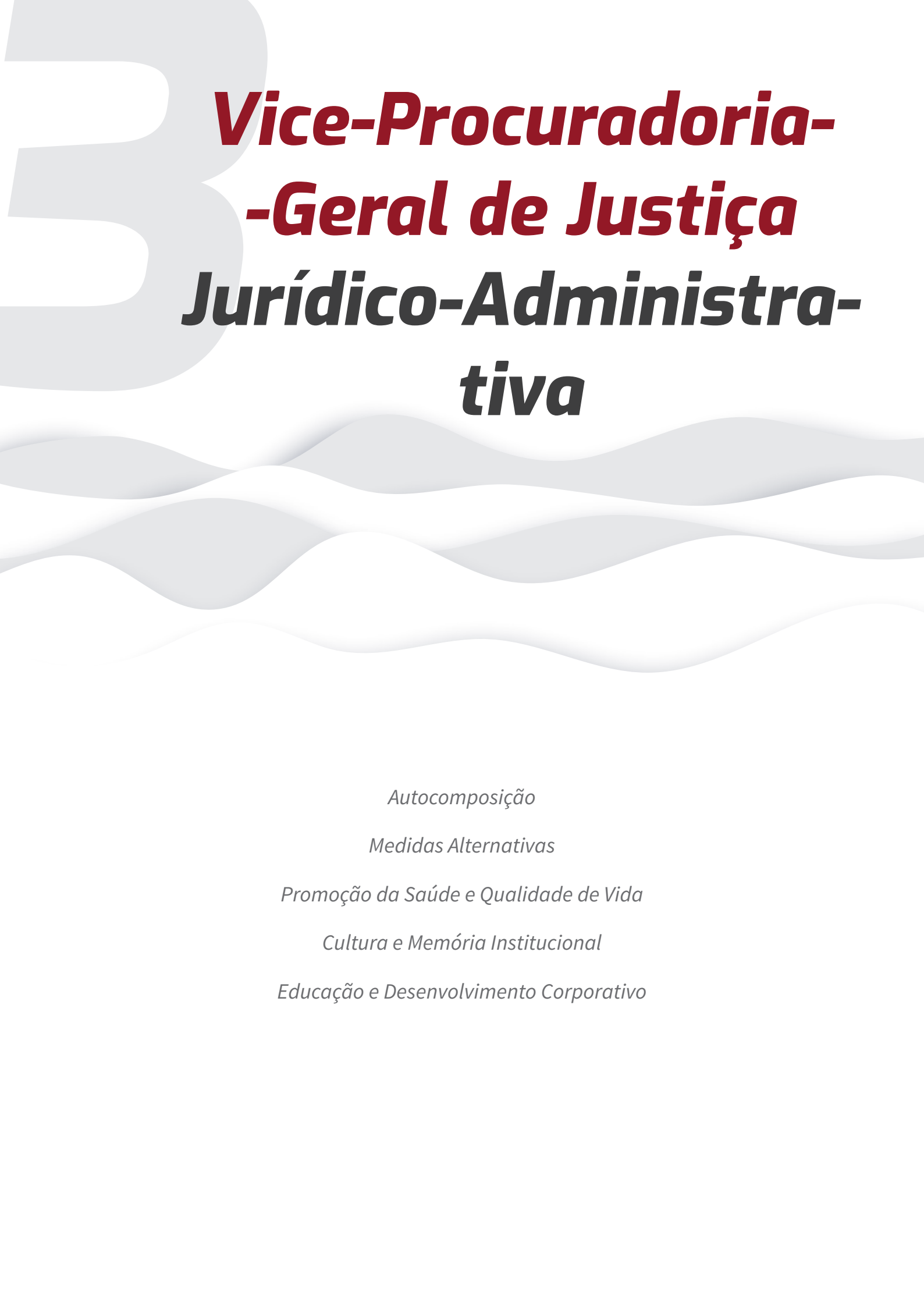
2.2 Documentação e Informação

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) está sendo implementado no MPDFT e a Coordenadoria de Documentação e Informação é a unidade gestora do sistema, em conjunto com a STI. Concluída a implantação, está prevista a instalação dos módulos de peticionamento e de pesquisa pública.



Estação para consulta pública no Espaço Memória do MPDFT.

Entre as realizações da área, destacam-se a formalização de acordo de cooperação técnica com a ESMPU e com a FESM-PDFT para garantir a disponibilidade e o compartilhamento de obras de membros e servidores na plataforma de produção intelectual do MPDFT assim como a realização de pesquisa para identificar e divulgar iniciativas relevantes de membros e servidores que contribuíram para o fortalecimento e o aperfeiçoamento da atuação do MPDFT.



Vice-Procuradoria- -Geral de Justiça Jurídico-Administra- tiva

Autocomposição

Medidas Alternativas

Promoção da Saúde e Qualidade de Vida

Cultura e Memória Institucional

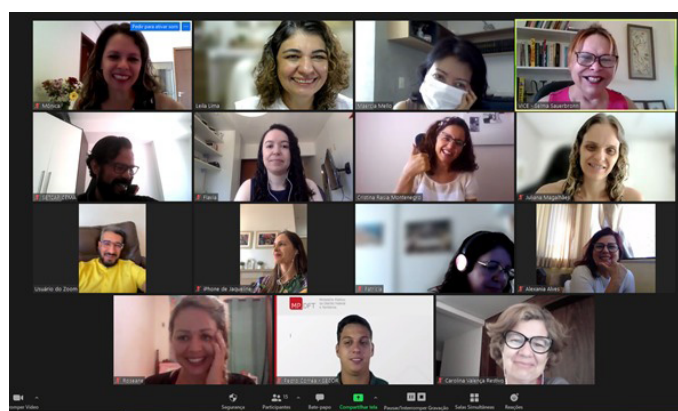
Educação e Desenvolvimento Corporativo

3.1 Autocomposição

A implantação do Programa Permanente de Incentivo à Política de Autocomposição é feita por meio de projetos e ações elaborados pelos integrantes de cada área temática, sob gestão e supervisão do respectivo coordenador e com a assessoria da Coordenadoria Executiva de Autocomposição (CAUTO).

Confira abaixo os resultados das principais iniciativas da área:

Programa Escutando o Cidadão – Ação que visa promover o acolhimento, a oitiva, o acesso a informações, a atenção, e a proteção às vítimas de delitos e a seus familiares. Foram desenvolvidas ações em parceria com outros Ministérios Públicos, produzidas cartilhas, pesquisas e realizados encontros. No contexto do projeto, foi instituído o Programa de Acolhimento de Vítimas, Análise e Resolução de Conflitos (AVARC) e foi criado o Núcleo de Atenção às Vítimas de crimes e atos infracionais (NUAV).



Reunião online com equipe de trabalho da Cauto.

Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa é abordada em várias frentes institucionais e tem o objetivo primário de internalizar no MPDFT a cultura da autocomposição, ou seja, alternativas de resolução consensual de conflitos.

A segunda vertente é a da capacitação interna e externa de agentes-chave que possam atuar como multiplicadores e mediadores, usando técnicas de resolução de conflitos nas comunidades onde estão inseridos.

É o caso, por exemplo, dos cursos de resolução de conflitos no contexto escolar; do Projeto Criando e Recriando Laços, direcionado aos agentes das unidades de acolhimento de crianças e adolescentes; do projeto Mediação Comunitária, entre outros.



Projetos de autocomposição do MPDFT

Todas as iniciativas são norteadas pelo Programa Permanente de Incentivo à Política de Autocomposição (PPIPA). Desde 2016, entre atividades educativas de formação e aprimoramento, já foram atingidas mais de 7.600 pessoas, em mais de 60 capacitações. Além disso, estão disponíveis cursos on-line abertos à comunidade, que já qualificaram mais de 1.400 cidadãos.

Projeto Acordar – Construindo Consensos por meio de Solução Compartilhadas – Este projeto objetiva difundir princípios da gestão de conflitos organizacionais, promovendo a mediação organizacional no âmbito do MPDFT. A partir das medidas oriundas deste projeto, houve: disponibilização de cursos e oficinas de comunicação não violenta e gestão de conflitos organizacionais; de curso básico de formação de mediadores a membros e servidores do MPDFT .realização de mediações organizacionais e círculos de construção de paz sob demanda das unidades do MPDFT; a assinatura de portaria que institui a mediação de conflitos organizacionais no âmbito do MPDFT e de portaria que estabelece o uso da autocomposição nos processos administrativos disciplinares.

Projeto Encontros Empáticos – CNV Entre Nós – O projeto tem como objetivo implementar espaço dialógico voltado aos integrantes do MPDFT para difusão de habilidades autocompositivas, em especial as habilidades comunicacionais com base na comunicação não violenta. Os encontros contam com mais de 140 participantes desde sua implementação.

Projeto Mediação Comunitária – O projeto objetiva estabelecer a mediação comunitária no âmbito do MPDFT, por meio de capacitação, acompanhamento e encontros de supervisão. Nos anos de 2021 e 2022, foram realizados mais de 60 encontros de supervisão com o grupo dos mediadores comunitários. De 2020 ao final de 2021, esses encontros ocorreram, exclusivamente, na modalidade telepresencial pelas plataformas Zoom ou Teams. A partir de 2022, a cada quatro reuniões, uma delas vem sendo realizada presencialmente, no Edifício-Sede do MPDFT. Também no ano de 2022 foi produzido e entregue aos mediadores comunitários todo o material utilizado na divulgação do projeto e no atendimento às comunidades, incluindo banners e folders informativos.



Projeto MP Solidário – O projeto objetiva promover, por meio de ações do MPDFT, a conscientização da sociedade sobre a importância da solidariedade e da cidadania para o gerenciamento dos conflitos surgidos durante e após a pandemia, com ênfase na adoção de

Logotipo do projeto que visa promover a conscientização sobre a importância da solidariedade e da cidadania para o gerenciamento dos conflitos surgidos durante e após a pandemia.

práticas autocompositivas para a resolução desses conflitos. Foram lançados 18 vídeos temáticos, voltados à educação para os direitos, cidadania e temas de interesse da comunidade.

Cursos EAD oferecidos público interno e externo:

- Abordagem empática de atendimento de vítimas de delitos no MPDFT;
- Negociação e resolutividade – individualidade, teoria e cultura;
- Introdução à Justiça Restaurativa e Direitos das Vítimas;
- Gestão de Conflitos Organizacionais (público interno);
- Gestão de Conflitos (público externo);
- Introdução à Comunicação Não Violenta.

3.2 Medidas Alternativas



Integrantes do MPDFT durante apresentação de resultados da aplicação de medidas alternativas em 2021.

A pandemia de covid-19 acarretou a necessidade de adaptação por parte do MPDFT na oferta de palestras e cursos destinadas aos autores em cumprimento de medidas alternativas. Nesse contexto, foi disponibilizada plataforma de educação a distância para cumprimento de medidas alternativas.

Anteriormente ofertados apenas na forma presencial, diversos cursos foram formatados para versão on-line. Entre os cursos estão: “Valorize a Vida no trânsito”, “Você tem outra opção”, “Gestão de Conflitos” e “Introdução à Comunicação Não Violenta”, todos em ambiente virtual acessível pela plataforma disponibilizada pela Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo deste MPDFT.

Além disso, a Cema promove diversos treinamentos tanto com servidores quanto com instituições parceiras para divulgar as diretrizes que orientam a elaboração de projetos.

Atendimento

A Cema identificou a necessidade de adequação do atendimento ao público diante das restrições sanitárias aplicadas durante a pandemia de covid-19. Dessa forma, o uso de aplicativos de mensagens instantâneas como o Whatsapp foi aprimorado para comunicação e recebimento de documentos comprobatórios de medidas cumpridas.

Há, ainda, o Sistema Consensus, que, em parceria entre a STI e o Ministério Público de Pernambuco, tem sido adaptado para o atendimento da nova realidade em alternativas penais.

Retorno à comunidade – Diante dos inúmeros benefícios gerados à comunidade por meio dos recursos encaminhados pelo Projeto Nós

Podemos Muito Mais: trabalhando em rede com a rede, a Cema resolveu reforçar a divulgação dos projetos realizados, buscando dar maior notoriedade às atividades desenvolvidas nos Setores de Medidas Alternativas.

Um deles é o **Projeto Nós Podemos Muito Mais: trabalhando em rede com a rede**, que tem por objetivo dar maior transparência à destinação de recursos oriundos das alternativas penais, por meio da elaboração de projetos junto às várias instituições parceiras. Dessa forma, são utilizados instrumentais e diretrizes próprias, priorizando instituições no atendimento de suas demandas e que acolham autores para prestação de serviços.



Anualmente é realizado um evento de mostra de resultados para o qual são convidados toda a rede parceira (cerca de 400 credenciadas), promotores e juízes.

Nos últimos anos os projetos custeados com recursos oriundos de ANPPs têm sido constantes. Todos os projetos são analisados, autuados, acompanhados e finalizados na Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas e setores regionais.

TRABALHANDO EM REDE COM A REDE

Projeto destina recursos oriundos das alternativas penais para várias instituições parceiras do MPDFT.

Aqui, cabe destacar os projetos: “Conectados à primeira infância”, por meio do qual foram adquiridos equipamentos para produção de conteúdo digital e atendimento remoto; “Sala multimeios”, que permitiu a aquisição de computadores como estratégia de inclusão social para deficientes; “Aprendendo e interagindo no Meio Ambiente”, cuja proposta foi a criação de um jardim sensorial para proporcionar a interação com o meio ambiente e trabalhar os cinco sentidos dos estudantes.

O Projeto O Patrimônio Público é Nosso: Participe da Cidade! beneficiou 21 escolas públicas no Distrito Federal, destinando recursos para o atendimento de suas demandas por meio da apresentação de projetos à Cema. Da mesma forma, o projeto “NaMoral”, iniciativa do MPDFT que busca fomentar a ética e a cidadania nas escolas públicas do DF, recorreu à experiência da Cema para elaborar projetos com 12 instituições e destinar recursos para a aquisição de bens que viabilizem sua participação no Game NaMoral, competição que visa premiar as escolas e promover melhorias em sua estrutura.

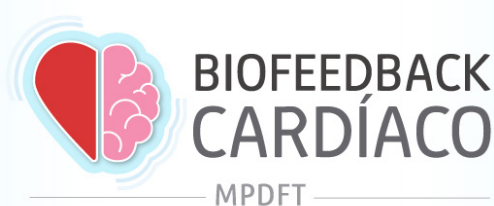
Essa nova forma de trabalho permite ao MPDFT atuar em diversas

Destaques

áreas, tendo como destaque em 2022 os segmentos de educação, crianças e adolescente, saúde, segurança pública e esporte.

3.3 Promoção da Saúde e Qualidade de Vida

A ação de acolhimento e acompanhamento proposta pela APRES consiste em oferecer escuta qualificada por meio de um breve atendimento que oferece os primeiros cuidados de saúde àqueles que apresentam sofrimento de ordem psicológica ou social, bem como, orientação, encaminhamentos e acompanhamento da situação do trabalhador no ambiente laboral. Em 2021, foram realizados 574 atendimentos. Em 2022, até outubro, foram concluídos 436 atendimentos.



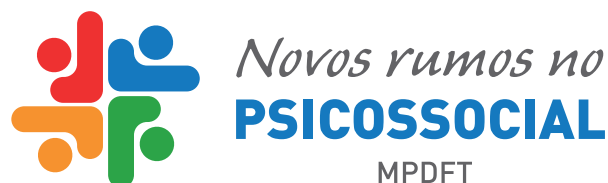
Iniciativa oferece os primeiros cuidados de saúde àqueles que apresentam sofrimento de ordem psicológica ou social.

Eventos e Palestras oferecidos:

- Suicídio: prevenção e pósvenção (Setembro Amarelo);
- Bullying, cyberbullying e saúde mental dos adolescentes;
- Alimentação Saudável e Felicidade: um desafio possível;
- Meditação sem Esforço;
- Realização da Semana da Qualidade de Vida;
- Complicações da COVID.

3.3.1 Psicossocial

A Coordenadoria Executiva de Psicossocial (CEPS) passou por um processo de reestruturação iniciado em 2021 para o fortalecer o assessoramento psicossocial à atuação dos membros do MPDFT. Com a reorganização da atividade, foram criados 4 centros regionais, estrategicamente organizados para prestarem assessoramento técnico em Psicologia e Serviço Social a um conjunto de Coordenadorias de Promotorias de Justiça. As unidades são assim distribuídas:



CERP1: Brasília II, Guará, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo;

CERP2: Paranoá, Planaltina, São Sebastião e Sobradinho;

CERP3: Águas Claras, Brazlândia, Ceilândia e Taguatinga;

CERP4: Gama, Recanto das Emas, Samambaia e Santa Maria.

No último biênio, foram concluídos 1.960 prontuários de perícias pelas equipes psicossociais. Esse quantitativo foi contabilizado a partir da realização de procedimentos técnicos como entrevistas, visitas domiciliares e institucionais em contexto de violações de direitos contra crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência, direitos de pessoas idosas, acompanhamento de curatela, guarda e responsabilidade, bem como outras temáticas que perpassam a atuação do MPDFT. Nesse contexto, foram atendidas 741 mulheres em situação de violência doméstica.

O novo formato da organização da CEPS permitiu, ainda, a estruturação do assessoramento psicossocial no campo dos direitos difusos e coletivos, de forma sistemática e regionalizada, desencadeando a realização de projetos de análise e acompanhamento de políticas públicas, como o projeto de avaliação e monitoramento da Política de Saúde Mental no Distrito Federal.

Houve, ainda, as seguintes iniciativas: elaboração de projeto de análise da implementação da política de assistência social no DF; visitas técnicas aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e conclusão do mapeamento dos serviços e do diagnóstico dessas instituições.

Em 2021 e 2022, a CEPS produziu, ao todo, **2.211 relatórios técnicos** para subsidiar a atuação ministerial.

3.4 Cultura e Memória Institucional

3.4.1 Cultura

Entre as iniciativas da Divisão de Cultura em 2021, estão a exposição sobre os 60 anos do MPDFT, aberta em março. Por ser uma exposição virtual ela se torna permanente, com acesso livre online. No mesmo calendário, foi realizada a cerimônia de premiação prevista no regulamento do concurso.



Idealizadores do projeto Ler é Legal, os promotores de Justiça Nísio Tostes e Fausto Rodrigues ao lado do chefe de gabinete da PGJ, Georges Seigneur, e da procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa.

Ainda sobre as comemorações do aniversário dos 60 anos do MPDFT, o cronograma do aniversário da Instituição foi encerrado com uma mostra que conta a trajetória do MPDFT ao longo dos seus 60 anos.

Também foi realizado o **Prêmio Ler é Legal**, que premiou a escritora a Juliana Valentim em 3 de novembro. A premiação faz parte do Projeto Ler é Legal e tem o objetivo de homenagear um escritor do DF todos os anos. Além da premiação, foram realizados os encontros literários. Os encontros eram mensais.

Projeto Proximidades

Projeto criado com foco no trabalho social, tendo em vista que almeja dar visibilidade a estudantes de artes visuais e artistas plásticos locais que não têm oportunidade de apresentar seus trabalhos. Há, também, a participação de instituições sem fins lucrativos que desenvolvem trabalhos com artes visuais.

Muitos desses artistas são pessoas com condições socioeconômicas baixas, assim como grande parte do público que frequenta as Promotorias de Justiça do DF. Esse público geralmente não tem acesso a eventos culturais envolvendo literatura, artes cênicas e visuais, por exemplo.

Dessa forma, o projeto proporciona acesso às exposições de arte plásticas tanto ao expositor quanto ao público.

Revista MPDFT

A revitalização da Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é um projeto que visa, principalmente, aumentar seu

estrato Qualis, que é um instrumento utilizado para classificar periódicos científicos no Brasil, segundo critérios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Essa ferramenta possui um grande peso para os periódicos, pois os que recebem uma boa avaliação ganham visibilidade e credibilidade, atraindo, assim, mais autores interessados em publicar seus artigos.



Da esquerda para a direita, a ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministra Laurita Vaz, a procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, e a ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge, durante o lançamento da Revista MPDFT.

A nova abordagem da Revista do MPDFT propõe algumas mudanças significativas como, por exemplo a exogenia, ou seja, corpo de pareceristas formado por colaboradores renomados e de destaque externos à Instituição ; publicação de artigos em língua estrangeira; e utilização do software Open Journal System (OJS) em várias etapas do processo de elaboração da Revista, desde a submissão de artigos até a revisão.

A 12ª edição da Revista do MPDFT contou com a publicação de 18 artigos, sendo 2 em língua estrangeira, e passou a ter periodicidade anual.

3.4.2 Preservação da memória institucional

O resgate da memória institucional teve prioridade nos últimos dois anos. Por ocasião dos 60 anos do MPDFT, criou-se, por meio da Portaria nº 122, de 2020, comissão que organizou uma série de eventos comemorativos durante o ano de 2020. Destacam-se o lançamento da Revista Memória nº 4, o concurso de redação „MPDFT, você faz parte dessa história“, no qual integrantes do órgão dissertaram sobre suas vivências no desempenho de suas funções, e o lançamento da exposição “MPDFT - 60 anos de História” no Centro de Cultura e Memória.

Em seguida, foi iniciada a reformulação do Espaço Memória, com a construção de



Recorte de um dos depoimentos em vídeo para o projeto de resgate da memória institucional.

novo local no Edifício-Sede, mais amplo e apropriado tecnicamente, com objetivo de garantir a preservação das obras expostas e propiciar uma exposição completa do acervo museológico do MPDFT. Além disso, foi previsto local adequado para realização de exposições culturais temporárias, proporcionando à população mais um espaço destinado à cultura no Distrito Federal.

Paralelamente, a Secretaria de Comunicação, realizou, durante todo o ano de 2022, campanha publicitária para os públicos interno e externo visando informar a existência do novo espaço museológico e estimular membros e servidores a doarem objetos para incrementar o acervo existente. A campanha foi bastante exitosa e proporcionou

doação de 76 objetos, documentos e fotografias, além de depoimentos orais de Procuradores e Promotores de Justiça e servidores, elementos imprescindíveis à preservação da memória dessa Instituição.



Exposição Pioneiros no novo Espaço Memória.

Inaugurado em dezembro de 2022, o novo espaço é resultado de um intenso trabalho intersetorial, conta com exposição de acervo permanente completamente reformulado. Juntamente com a inauguração do novo espaço, houve o lançamento da exposição temporária “Pioneiros: a síntese da grandeza dos seus personagens na nova capital federal”.

A exposição reuniu aproximadamente 35 itens, entre objetos, fotografias, atas, processos administrativos e outros documentos que traduzem a participação dos primeiros atores do processo de formação do MPDFT. Por oportuno, foi elaborado folder/cartilha contendo informações sobre os primórdios do MPDFT e sobre os 20 pioneiros homenageados na exposição.

Ainda no contexto da preservação da memória institucional, cabe salientar as seguintes iniciativas:

Tratamento do Acervo Audiovisual da Secretaria de Comunicação e do do MPDFT – iniciado em 2021, tem como objetivo migrar as informações registradas em fitas de vídeo, que estão em suportes obsoletos, e fotografias analógicas para meio digital.

Projeto Programa de História Oral do MPDFT – iniciado em 2022, tem como objetivo preencher lacunas não cobertas com as informações contidas nas documentações produzidas pelo MPDFT, agregando valor ao que já está documentado e trazendo o ponto de vista de pessoas atuantes nas respectivas funções. O referido projeto se encontra em fase de debate e coleta de informação para orientação.

Lançamento do Projeto Sempre – O Sempre é uma plataforma de descrição arquivística destinada à divulgação de documentos históricos do MPDFT na internet. Dedicase à preservação e à disseminação da memória institucional, para fins de pesquisa, educação e reflexão relacionadas à trajetória do MPDFT, é aberto ao público e está a serviço da sociedade.



Fabiana Costa discursa no lançamento do Projeto Sempre.

3.5 Educação e Desenvolvimento Corporativo

A Secretaria de Educação e Desenvolvimento Corporativo passou por reformulação visando à ampliação de sua atuação e, principalmente, nos últimos três anos, à readequação suas atividades às necessidades de oferta de capacitação em ambiente online.



Rossandro Klinjeje ministra palestra motivacional durante homenagem aos servidores com 10, 20 e 30 anos de serviços prestados à instituição.

Desenvolvimento Organizacional e de Pessoas

Em setembro de 2022, foi assinada a Portaria PGJ nº 620, que institui o Programa Desenvolvimento Organizacional e de Pessoas. O objetivo é promover o desenvolvimento institucional por meio de diagnóstico organizacional, educação corporativa e gestão do desempenho dos integrantes do MPDFT.

Diagnóstico Organizacional

Em 2021 foi realizado dimensionamento da força de trabalho, com a finalização do dimensionamento das Coordenadorias das Promotorias de Justiça do Recanto das Emas, de Águas Claras e de Brazlândia, bem como do Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) totalizando 19 unidades dimensionadas e 87 servidores. Foi iniciado o dimensionamento das Coordenadorias de Promotorias de Justiça do Gama, de Santa Maria e das Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) com um total de 15 unidades dimensionadas e 60 servidores. Também foram realizadas reuniões de consultoria de gestão para subsidiar alocação de pessoas, melhorias em processos de trabalho e desenvolvimento de equipes com as microunidades da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Recanto das Emas e do CI.

Em 2022, foram finalizados o dimensionamento da força de trabalho nas Coordenadorias das Promotorias de Justiça do Gama, Santa Ma-



Peça teatral com "Os melhores do mundo" durante cerimônia de homenagem aos servidores no MPDFT.

ria, Ceilândia e Planaltina, bem como das Câmaras de Coordenação e Revisão e das Promotorias de Justiça Regionais dos Direitos Difusos (Proregs), totalizando 23 unidades dimensionadas e 130 servidores. Foram realizadas 13 reuniões de gestão de consultoria para levantamento de gargalos e planos de ação para subsidiar a alocação de pessoas, melhorias em processos de trabalho e desenvolvimento de equipes com as microunidades das Coordenadorias das Promotorias de Justiça de Águas Claras, Brazlândia e Santa Maria.

Além disso, foi concluído estudo comparativo entre as 7 Coordenadorias das Promotorias de Justiça já dimensionadas: Sobradinho, São Sebastião, Recanto das Emas, Águas Claras, Brazlândia, Santa Maria e Gama para sistematizar as entregas de cada uma delas e os tempos médios para a execução dessas entregas, com vistas à elaboração de parâmetros para a tomada de decisão.

Programa Qualidade de Vida no Trabalho

Em outubro de 2022 foi firmado Termo de Execução Descentralizada entre o MPDFT e a Universidade de Brasília para realização de pesquisa-intervenção em Qualidade de Vida no Trabalho. Os produtos a serem desenvolvidos com a pesquisa são:

- Diagnóstico quantitativo e qualitativo de QVT
- Concepção de Política de QVT
- Concepção de Programa de QVT

A primeira fase da pesquisa-intervenção será realizada nos meses de novembro e dezembro de 2022.



Gestão por Competências

Em 2021, foram mapeadas as competências específicas do Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança, gerando 10 competências específicas, 39 referenciais de desempenho e a Avaliação de Necessidades Educacionais.

As competências específicas preliminares das Coordenadorias das Promotorias de Justiça foram mapeadas em 2022. As competências mapeadas entrarão em processo de validação com gestores das áreas em dezembro de 2022, consolidando, assim, o processo de mapeamento de competências.

Integrantes da Secor também foram incluídos no grupo de trabalho

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho é idealizado com ações voltadas ao aprimoramento do ambiente de trabalho.

coordenado pela Procuradoria-Geral da República que está desenvolvendo programa de Gestão de Desempenho por Competências, valorizando servidores e gestores. As competências comuns, gerenciais e específicas serão essenciais para a implantação desse projeto, que pretende qualificar a gestão e potencializar a produtividade no MPDFT.

Educação Corporativa

Curso de Ingresso e Vitaliciamento – Com a posse de novos membros, foi realizado Acordo de Cooperação Técnica entre o MPDFT e a ESMPU para a realização do Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV) de Promotores de Justiça. A Secor participou do planejamento e da execução do CIV, em apoio às orientadoras pedagógicas.

Educação a distância – A educação a distância se consolidou como modalidade educacional prioritária no MPDFT tanto em formato síncrono quanto assíncrono. Cursos, oficinas e seminários híbridos ampliam fortemente a possibilidade de participação de membros, servidores e pessoas da comunidade nas ações promovidas pelo MPDFT. Para potencializar a EAD, foram adquiridas licenças do aplicativo de reuniões virtuais Zoom, com a ferramenta webinar e a possibilidade de tradução simultânea, o que permitiu, por exemplo, a realização de seminário bilíngue, como o projeto Cooperação Brasil-Austrália: Webinários sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres.



Novos promotores de Justiça durante o Curso de Ingresso e Vitaliciamento (CIV).



Seminário internacional Brasil-Austrália discutiu violência doméstica e familiar contra mulheres.

Em 2021 foram adquiridos equipamentos para gravação de videoaula, como câmera digital e microfones específicos para esse fim. Em 2022 foi dado início à obra na sala de treinamento 4, que será a sala para gravação de videoaulas, com tratamento acústico e projeto específico de iluminação.

A modalidade telepresencial, que ganhou força pela imposição da pandemia da covid-19, consolidou-se no MPDFT e foram realizadas diversas ações entre palestras, cursos e seminários. É a modalidade com maior adesão de promotores e procuradores. Foram promovidos eventos híbridos (presenciais e telepresenciais), com destaque para os seminários “Execução Penal em Perspectivas” e “Fa-

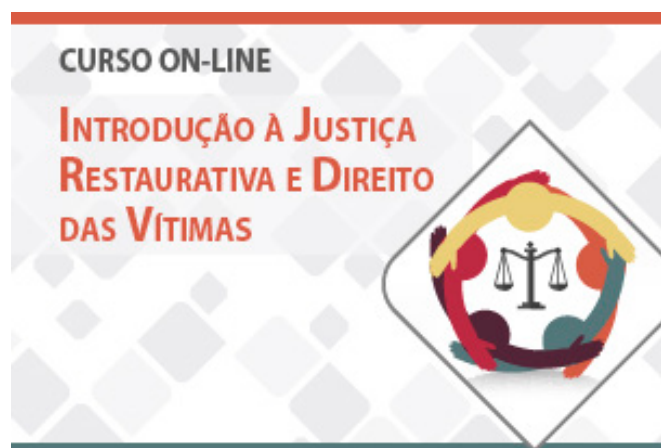
mília é Para Todos: Desafios e Perspectivas do Serviço em Família Acolhedora”, que atenderam integrantes de todo o Ministério Público brasileiro e do público externo.

Ações Educacionais 2021

Ações educacionais internas	
Quantidade de ações educacionais	398
Número de capacitados	2.145
Horas-aula ministradas	29.246
Ações educacionais externas	
Quantidade de cursos	20
Vagas oferecidas	99

Novos cursos autoinstrucionais em EAD lançados em 2021:

- Abordagem empática de atendimento de vítimas de delitos no MPDFT;
- Atendimento Competente;
- Compromisso Público;
- Introdução à Justiça Restaurativa e Direitos das Vítimas – disponível também para o público externo;
- MPDFT Integrado;
- Negociação e Resolutividade – individualidade, teoria e cultura;
- Noções gerais sobre a Lei 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados;
- Reuniões Produtivas (atualização);
- Sistema Protetor.



Tela de abertura do curso
Justiça Restaurativa e Direitos
das Vítimas.

Novos cursos autoinstrucionais em EAD lançados em 2022:

- Introdução à Comunicação Não Violenta;
- Fundamentos Básicos - Cryptoativos e Ministério Público;
- Atendimento Inicial em Libras;

- Microsoft Teams;
- Noções Básicas de Pesquisa Jurídica;
- Aplicativos para Reuniões;
- OKR;
- Licitações e Contratos Administrativos à luz da Nova Lei de Licitações;
- Introdução ao BMP (Business Process Management);
- Formação de Facilitadores do Game NaMoral;
- Consinto Porque Existo (aplicação de sursis);
- Inquérito Policial;
- Elaboração de Denúncia;
- Lei de Abuso de Autoridade;
- Mapeamento e Melhoria de Processos Organizacionais.

Ações Educacionais 2022 (até 10 de novembro)

Ações educacionais internas	
Quantidade de ações	543
Número de capacitados	3.113
Horas-aula ministradas	47.540
Ações educacionais externas	
Quantidade de participações	1.549

Variação percentual entre 2021 e 2022

Ações educacionais internas	
Quantidade de ações educacionais	36%
Número de capacitados	45%
Horas-aula ministradas	62%

Encontro de Gestores

Alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, a Secor realizou em 2022 o Encontro de Gestores, que mobilizou grande número de

líderes da Instituição no desenvolvimento das competências gerenciais. O evento contabilizou 1.278 participações na soma dos dias de programação e das oficinas ofertadas.



Servidores do MPDFT participam de capacitação para gestores.

página do MPDFT. Ainda em 2022, serão disponibilizados mais 2 cursos para a sociedade.

Ações educacionais para a sociedade

O compartilhamento de ações educacionais com a sociedade consolidou-se como mais um canal de relacionamento entre o MPDFT e a comunidade do DF. Atualmente estão disponíveis 15 cursos de EAD na

Cursos disponíveis:

- Formação de Facilitadores do Game NaMoral;
- OKR - Objectives and Key Results;
- Introdução à Comunicação não violenta;
- Orçamento Público Aplicado à Fiscalização do GDF;
- Introdução à Justiça Restaurativa e Direitos das Vítimas;
- Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM;
- Abordagem empática de atendimento de vítimas de delitos no MPDFT;
- Negociação e Resolutividade – individualidade, teoria e cultura;
- Gestão de Conflitos;
- Gestão do Tempo;
- Ciberespaço: desafios e oportunidades;
- Criança e Tecnologia – Critec;
- Consinto Porque Existo (novo);

- Valorize a Vida no Trânsito;
- Você Tem Outra Opção;
- Valorize a vida no trânsito;
- Você tem outra opção.

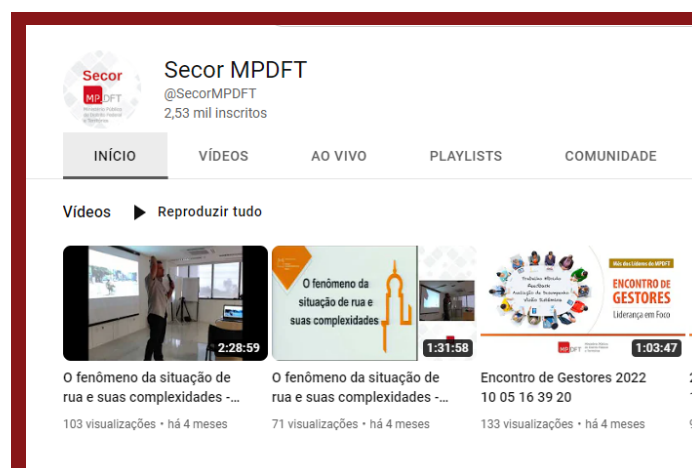
Canal da Secor no Youtube

O Youtube tem duas funções para a área de educação corporativa da Secor: ancorar videoaulas a serem publicadas na EAD (Moodle) e realizar as transmissões ao vivo das ações educacionais telepresenciais, como cursos e seminários.

Visualizações do Canal da Secor no Youtube

Em 2021, os vídeos do canal da Secor no Youtube tiveram um total de 74.652 visualizações. Total de inscritos até 2021: 1,96 mil.

Até novembro de 2022, os vídeos do canal da Secor no Youtube tiveram um total de 43.519 visualizações, registrando um aumento percentual de 17% em relação ao mesmo período do ano anterior. O total de visualizações, até 10 de novembro de 2022, foi de 103.705, o que representa aumento de 39% em relação ao mesmo período. O número de inscritos também subiu 25% em relação a 2021, com 2,45 mil inscrições até 10 de novembro de 2022.



Canal da Secor no Youtube.
Página conta mais de dois mil seguidores.

4.1 Administração e Serviços

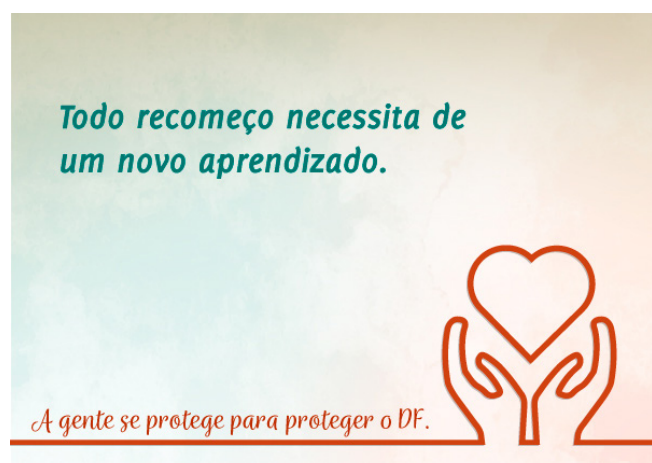
A atuação da Secretaria de Administração em 2022 pautou- na viabilidade logística para a retomada das atividades presenciais, na reavaliação dos serviços a partir das demandas apresentadas pelos clientes internos e em estudos para o redesenho de rotinas visando à adaptação ao cenário pós-covid. Também foi realizada capacitação dos servidores para implementação do uso da Lei 14.133, de 2021, que altera os procedimentos de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública Federal.

A área também se encarregou de prover a logística necessária à realização das provas orais do 32º Concurso de Promotor de Justiça Adjunto tanto do ponto de vista da adequação dos espaços quanto dos serviços necessários, mas, sobretudo, em relação aos serviços de audiovisual. Essa tarefa foi realizada em conjunto com o CI e permitiu a captação, o armazenamento e a decodificação de todo o material gravado, visando à total transparência do processo de avaliação.

Foram adquiridos móveis para ambientação dos gabinetes dos Procuradores de Justiça recém-empossados e adaptação das demais unidades que foram realocadas após a acomodação dessas novas procuradorias, além de 5 carros de representação, 2 vans e 2 carros de serviço de grande porte.

Além disso, foi realizado leilão para desfazimento de bens obsoletos e antieconômicos que ficaram sem uso após as adaptações mencionadas.

Na parte de telecomunicações, vale ressaltar a modernização do sistema de telefonia do MPDFT, em parceria com o Projeto Atendimento ao Público: um compromisso de todos, que permitiu a integração da comunicação telefônica entre as unidades descentralizadas e o Edifício-Sede, e proporciona eficiência e ampliação da disponibilidade de atendimento à sociedade do DF.



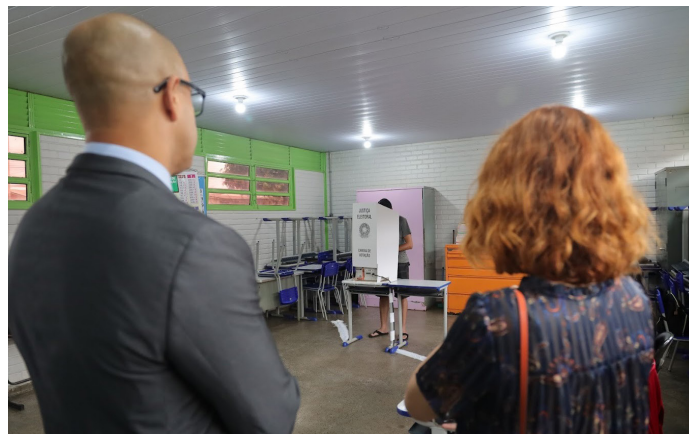
Campanha de boas-vindas no retorno gradual das atividades presenciais.



Capacitação da equipe de telefonistas responsáveis pelo atendimento ao público.

Para tanto, estão em curso, além de um plano de capacitação das prestadoras de serviço terceirizadas, tratativas com a Ouvidoria para incrementar quantitativa e qualitativamente a capacidade de atendimento ao público.

Destacam-se, ainda, o provimento de estrutura logística que viabilizou a atuação do MPDFT nas eleições gerais de 2022; a parceria com a Secretaria de Segurança Institucional na capacitação de técnicos de segurança e transporte, visando à melhoria dos serviços prestados; e a elaboração da Portaria Normativa nº 857, de 2022, que alterou a Portaria Normativa nº 437, de 2016, que dispõe sobre aquisição, uso, condução, controle, guarda, conservação, blindagem e desfazimento de veículos oficiais, de modo a regulamentar as inovações tecnológicas decorrentes da implementação do sistema de monitoramento da frota institucional.



Membros do MPDFT visitam zonas eleitorais durante eleições de 2022

Em 2021, os destaques foram a contratação compartilhada com outros 32 órgãos do MPU dos serviços integrados de gestão de frota, contemplando fornecimento de combustíveis, manutenção e lavagem de veículos, implementação do monitoramento da frota por meio de GPS e as tratativas para recebimento de veículos ociosos provenientes da ESMPU e da PGR.

Tais medidas otimizam os procedimentos de gestão dos serviços de manutenção e conservação dos veículos, incrementam a segurança dos usuários do transporte do MPDFT e o controle dos deslocamentos, também demonstram o compromisso da casa com a sustentabilidade por meio da renovação da frota com aproveitamento de recursos já imobilizados pelo MPU.

Já a Subsecretaria de Compras viabilizou 297 contratações, aquisições, renovações de serviços e instruiu processos de manutenção, por meio da realização de pesquisas de preços de mercado que integram tanto os procedimentos licitatórios quanto as compras diretas de todo o MPDFT.

Por fim, a Secretaria Administrativa coordenou o inventário anual do patrimônio do MPDFT nos moldes mais recentes propostos pela Audin, os quais determinam que tanto os procedimentos de visualização dos bens quanto os de saneamento dos itens devem ser levados a efeito até o último dia do exercício financeiro, concluindo com sucesso e em tempo recorde a demanda apresentada. Dos 69.220 bens do acervo patrimonial, apenas 3 não foram visualizados.

4.2 Projetos e Obras

As ações desenvolvidas pela Secretaria de Projetos e Obras durante os exercícios de 2021 e 2022 tiveram foco no atendimento aos programas de desenvolvimento sustentável e de acessibilidade nas

edificações do MPDFT, na melhoria do atendimento à população, na otimização de recursos financeiros, na proteção do patrimônio público e na melhoria das condições ambientais de trabalho. Dentre as principais iniciativas, destacam-se em 2021:

- modernização dos elevadores do edifício-sede;

- recuperação da laje de segurança do edi-

fício-sede;

- implantação do sistema de ar condicionado individualizado no auditório do edifício-sede;
- implantação do sistema de aproveitamento de água pluvial no edifício-sede;
- recuperação da cobertura e fachadas do edifício das PJs do Gama;
- recuperação da cobertura e fachadas do edifício das PJs de Santa Maria;
- ampliação do sistema de aproveitamento de água pluvial do edifício das PJs de Ceilândia;
- ampliação do sistema de aproveitamento de água pluvial do edifício das PJs do Paranoá;
- ampliação do sistema de aproveitamento de água pluvial do edifício de Brasília II;
- implantação do sistema de irrigação automatizada no edifício das PJs de Taguatinga;
- adequações às normas de acessibilidade edifício das PJ do Paranoá;



Secretária de Projetos e Obras, Regina Fonteles, e equipe são recebidos pelo coordenador da Promotoria de Justiça do Gama, promotor de Justiça Ibrahim Jorge Nasser Saad, durante vistoria à unidade.



Cobertura e fachadas do edifício das PJs de Santa Maria foram reformados.

- recuperação da laje do reservatório do edifício-sede;
- implantação da sala de situação; conclusão da implantação de lâmpadas LED de alto rendimento em todas as edificações;



- contratação do remanescente e retomada da obra de construção do edifício das promotorias de Justiça de Brasília.

Durante o exercício de 2022:

- implantação do Espaço Memória no edifício-sede;

Modernização e revitalização das unidades do MPDFT

- recuperação do piso da garagem do edifício-sede;
- modernização da central de incêndio do edifício-sede;
- revitalização e adaptações em áreas do edifício-sede;
- adequações às normas de acessibilidade no edifício das PJs da Infância e Juventude;
- adequações às normas de acessibilidade edifício das PJs Samambaia;
- recuperação da cobertura do edifício das PJs da Infância e Juventude;
- recuperação da cobertura do edifício-sede das PJs de Samambaia;
- modernização do sistema de automação edifício das PJs Infância e Juventude;
- modernização do sistema de nobreak do edifício-sede;



Obras no edifício-sede garantiram modernização dos elevadores, recuperação da laje de segurança e implantação do sistema de ar condicionado individualizado no auditório



Ampliação do sistema de aproveitamento de água pluvial foi realizada nas PJs de Ceilândia, Paranoá e Brasília II, além do edifício-sede.

- implantação de bicicletários em todas as áreas adjacentes aos edifícios destinados ao público externo;
- instalação de tomadas elétricas nos bicicletários internos existentes em todas as edificações do MPDFT;
- implantação do sistema de irrigação automatizada no edifício das PJs de Planaltina;



Secretaria-Geral



Administração e Serviços

Projetos e Obras

Orçamento e Finanças

Tecnologia da Informação

Perícias e Diligências

Gestão de Pessoas

4.3 Orçamento e Finanças

No exercício de 2021, o reflexo do Acórdão TCU nº 3072/2019, que trata da recomposição do orçamento em favor do MPDFT a partir daquele ano, permitiu a execução de despesas relativas à manutenção predial e estruturação do MPDFT para o cumprimento da sua missão.

Observou-se cenário similar, no exercício de 2022, na continuidade da construção da Promotoria de Justiça na circunscrição judiciária de Brasília.

Ainda assim, a execução orçamentária e financeira estava pautada no teto de gastos em razão da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou o gasto público e impôs a priorização de ações a serem executadas pela Administração Pública.

Em 2021, foram autorizados R\$ 987.667.900,00 e executados 99% do orçamento. Em 2022, até o mês de outubro, do total de R\$ 989.168.846,00 autorizados, foram executados R\$ 773.517.323,33, ou seja, 78,2% do orçamento aprovado.

Nesse contexto, ainda sob os efeitos da pandemia, o adequado planejamento alinhado à gestão dos recursos públicos autorizados para o MPDFT permitiu elevados índices de execução nos exercícios de 2021 e 2022 (até outubro), o que revela o compromisso da Instituição com a continuidade de suas atividades e com o atendimento das demandas institucionais.

4.4 Tecnologia da Informação

A ampliação do trabalho remoto gerou economia de recursos para a Instituição, porém demandou, de outra parte, massivos investimentos em tecnologia. Dando continuidade aos projetos do primeiro biênio de gestão — quando foram investidos R\$ 3,5 milhões em 2019 e R\$ 32,5 milhões em 2020 —, neste segundo biênio foram destinados mais R\$ 11,4 milhões em 2021 e R\$ 5,1 milhões em 2022 para aprimoramento da tecnologia da informação. O investimento total nos últimos 4 anos ultrapassou R\$ 42,3 milhões.

Modernização do parque tecnológico

A modernização do parque tecnológico e dos sistemas para permitir melhor atuação no trabalho remoto e agilidade dos serviços da instituição foi a grande prioridade nos últimos anos.

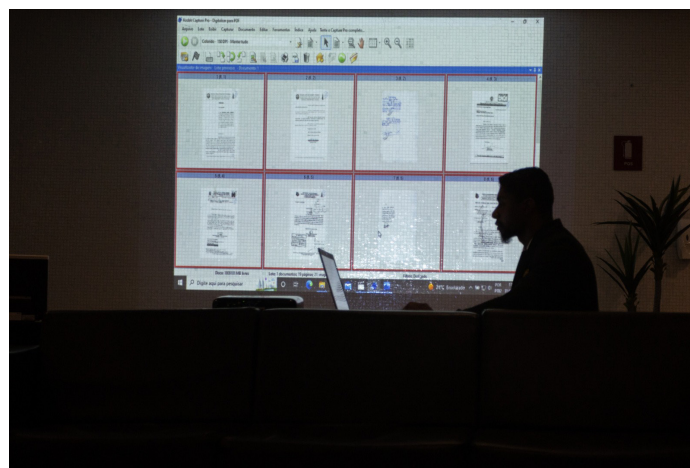
No que diz respeito a equipamentos, foram adquiridos 480 notebooks e destinados a membros e servidores. Para as promotorias que atuam no Tribunal do Júri, foram destinados equipamentos específicos próprios para o uso em situações especiais.

Avanços do Processo Eletrônico

O sistema NeoGab, lançado em junho de 2019, seguiu evoluindo em 2021 e em 2022. Notícias de fato, inquéritos civis e procedimentos administrativos, preparatórios e investigatórios criminais passaram a tramitar em modo eletrônico, como já vinham sendo feitos os processos judiciais. Isso foi possível com o desenvolvimento e a implantação do módulo extrajudicial do sistema, em novembro de 2021.

No mesmo mês, inquéritos policiais e termos circunstanciados que tramitavam em papel começaram a ser digitalizados, e foi estabelecida a comunicação direta por meio eletrônico entre o MPDFT e a Polícia Civil do DF. O último inquérito em papel foi digitalizado em cerimônia realizada no MPDFT em agosto de 2022, na presença de representantes da PCDF, da Defensoria Pública e do TJDF.

Diversas outras melhorias foram adicionadas ao NeoGab, como modelos de documentos, fluxos de serviços entre as promotorias e as unidades de apoio como unidades de diligência, de análise processual, de medidas alternativas e de serviço psicossocial.



Apresentação dos métodos e ferramentas utilizados pelo MPDFT no Processo Judicial Eletrônico.

No final de 2022, foi lançado o Prexel, uma plataforma de acesso externo ao processo extrajudicial eletrônico, para que cidadãos e advogados possam acessar o inteiro teor de procedimentos de que são parte. Advogados poderão acompanhar o andamento de outros processos públicos e peticionar nos autos em que forem representantes legais.

Outro avanço foi a contratação da solução Consensus para gestão dos Acordos de Não Persecução Penal – (ANPPs) com a mesma empresa que desenvolveu essa solução no Ministério Público de Pernambuco.

Espaço Digital do Cidadão



Tela inicial do Espaço Cidadão, em ambiente virtual.

Também foi lançada uma plataforma unificada para que o cidadão tenha acesso aos principais serviços digitais ofertados pelo MPDFT, tais como: procedimentos extrajudiciais, formulários da Ouvidoria, serviço de informação ao cidadão, andamento de processos, ensino a distância, certidão nada-consta, investigação de paternidade, autenticação de documentos, plataforma SEI! para usuários externos,

fale conosco, conheça seus direitos, dúvidas frequentes e trabalho em rede, entre outros.

Quando necessário, o cidadão registra seu acesso por meio de sua conta gov.br, a mesma utilizada para acesso aos serviços do Governo Federal como o ConecteSUS e o eSocial.

Infraestrutura e Segurança da Informação

Foram investidos mais de R\$ 5 milhões em soluções de segurança da informação, incluindo a gestão de vulnerabilidades, o gerenciamento de eventos, a orquestração e automação de respostas de segurança, entre outros. Foram aprimorados os controles de acesso dos usuários aos serviços de TI, como, por exemplo, a implantação de segundo fator de autenticação, o que contribuiu para que o MPDFT permanecesse imune às ondas de ataques e invasões que vêm alarmando os organismos governamentais em todas as esferas.



Na área de infraestrutura, o MPDFT continuou investindo em agilidade e quali-

Investimentos em soluções de segurança da informação e no aprimoramento do datacenter somam mais de R\$ 5 milhões.

dade de sua rede corporativa, com a modernização da rede WIFI, a instalação de linha redundante de comunicação entre suas sedes e da manutenção dos níveis de qualidade de seu acesso duplicado a internet.

Parcerias com órgãos governamentais

O sistema SEI é fruto de uma parceria com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e foi implantado em substituição ao Tabularium, viabilizando a assinatura de documentos por entidades externas e a integração com outros órgãos públicos por meio do Barramento Pensei, do Ministério da Economia.

O sistema Audivia é fruto de parceria com o Ministério Público de Pernambuco para ser implementado na Ouvidoria do MPDFT. Já o sistema Protege foi trazido do Ministério Público do Paraná para uso pelas Promotorias de Defesa da Saúde (Prosus), e o sistema OKR foi trazido do Ministério Público do Mato Grosso do Sul para utilização no acompanhamento do planejamento estratégico institucional.

Da mesma forma, o MPDFT cedeu o sistema de votação Votus ao MPPE, ao MPAM e ao MPRO. A ferramenta de inteligência artificial Robocon foi construída no MPDFT e cedida ao MPMG e ao TJDF



O Robocon foi lançado em maio de 2021 com o objetivo de agilizar a resolução de conflitos e reduzir o número de ações na Justiça. O sistema usa tecnologia de inteligência artificial para identificar demandas recorrentes registradas em órgãos de defesa do consumidor e nos juizados especiais.

O objetivo é fornecer à Prodecon subsídios para atuar de forma coletiva, com a proposição de termos de ajustamento de conduta, realizar o ajuizamento de ações e outras medidas cabíveis. As demandas analisadas pelo robô são organizadas por temas, como planos de saúde, telefonia etc.

O Robocon é capaz de apresentar relatórios que indicam a concentração de teses semelhantes para uma mesma empresa ou grupo de empresas. As informações permitem a criação de dossiês, que poderão mostrar o descumprimento de TACs ou de decisões judiciais. A partir desse ponto, a Prodecon pode agir diretamente nas situações identificadas.

Construção de soluções

Foi iniciado o desenvolvimento dos seguintes sistemas:

- Servus, para a Secretaria de Administração;
- Caderno de Encargos, para a Secretaria de Projetos e Obras;
- Neutrum, para a Coordenadoria de Autocomposição;
- Boletim MPDFT Hoje, para a Secretaria de Comunicação;
- Mídia Indoor, também para a Secretaria de Comunicação; e
- Prontuário Eletrônico, para a Secretaria de Atenção à Saúde.

Melhorias em sistemas:

- Certidão de Regularidade, utilizado pela Corregedoria-Geral para acompanhar a aplicação da Lei de Ofícios;
- Probatio, que permite o acompanhamento do estágio probatório dos Promotores Adjuntos pela Corregedoria-Geral;
- Lotus, utilizado pela Chefia de Gabinete da PGJ para a gestão da lotação dos membros;
- Protetor, para acompanhamento de tutelas e curatelas pelas Promotorias de Família.

Plataforma de colaboração

O MPDFT investiu na plataforma de colaboração Microsoft Office 365, o que possibilitou a ampliação do sistema de correio eletrônico, a adoção das melhores ferramentas de edição de texto, planilhas e apresentações. A medida também permitiu a implantação do Teams, ferramenta de integração de equipes que aprimorou a experiência de membros e servidores com o trabalho híbrido pós-pandemia de covid-19.

4.5 Perícias e Diligências



Membros da Administração Superior acompanham apresentação do projeto de Monitoramento Ambiental e de Geotecnologia do MPDFT.

Um dos destaques da área de perícias e diligências foi o Projeto de Monitoramento Ambiental e Geotecnologia, com a implantação de área específica de geoprocessamento no MPDFT. Neste contexto, criou-se o Núcleo Técnico de Monitoramento e Geoprocessamento e firmaram-se convênios com órgãos públicos. Houve, ainda contratação de software e aquisição de imagens de satélite para o desenvolvimento das atividades. O projeto encontra-se em fase de implantação e continuará em desenvol-

vimento pelos próximos meses.

Neste último exercício, a Secretaria de Perícias e Diligências (SPD) incrementou o fornecimento de laudo da PCDF a inúmeras promotorias e registrou o envio de 4.981 laudos até o final de outubro de 2022.

Houve também aumento na realização de diligências e na elaboração de laudos periciais, chegando aos números de 4.410 e 1.212, respectivamente. Importante registrar que no período da pandemia, a SPD atuou de forma efetiva, em parceria com a PDDC e as Promotorias da Saúde nas atividades de acompanhamento das medidas sanitárias implantadas.



Foto oficial após a institucionalização da iniciativa no âmbito do MPDFT. Participaram da solenidade, a procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, a vice-procuradora-geral de Justiça Jurídico-Administrativa, Selma Sauerbronn; o vice-procurador de Justiça Institucional, André Vinícius de Almeida; o procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, Eduardo Sabo; o secretário-geral do MPDFT, promotor de Justiça, Wagner de Castro; o chefe de gabinete da PGJ, promotor de Justiça Georges Seigneur; o promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), Dênio Moura; o promotor de Justiça da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep), Roberto Carlos Silva; o promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural (Prodema), Roberto Carlos Batista e o chefe do Núcleo de Geoprocessamento da SPD, Guilherme Oliveira e a secretária de Perícias e Diligências, Ana Lúcia Carrijo.

4.6 Gestão de Pessoas



Solenidade de posse de novos servidores. Nos anos de 2021 e 2022 foram nomeados 64 aprovados.



Cerimônia de posse dos Promotores de Justiça Adjuntos aprovados no 32º concurso público do MPDFT.

Fortalecimento da Força de Trabalho

Nos anos de 2021 e 2022 foram nomeados 64 novos servidores e contratados mais 75 servidores sem vínculo. Houve, ainda, 45 servidores removidos para outros ramos, 12 servidores cedidos ao MPDFT e 4 servidores redistribuídos.

No que concerne a membros, , foram nomeados 11 Promotores de Justiça Adjuntos aprovados no 32º. concurso público

Com essas alterações, foi possível repor os desligamentos recentes e efetuar as reposições necessárias.

Processo Seletivo de Estágio

Em dezembro de 2021 foi homologado o resultado final do 1º processo seletivo para formação de cadastro de reserva para estagiários de nível superior deste Ministério Público. Foram 362 candidatos aprovados entre os cursos de Arquivologia, Comunicação, Contabilidade, Direito, Engenharia Ambiental, Geologia, Informática, Psicologia e Serviço Social. Com o processo seletivo finalizado em 2021, houve a contratação de 121 estagiários no ano de 2022.

Ampliação do Teletrabalho

No ano de 2022, todos os servidores deste Ministério Público que atuavam em teletrabalho formalizaram os pedidos para permanência no



Arte relacionada à campanha motivacional para retorno das atividades presenciais no MPDFT.

regime de trabalho remoto. Por outro lado, todas as coordenadorias e unidades administrativas encaminharam os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) à Administração Superior, e as propostas estão sendo avaliadas.

Modernização da Gestão de Pessoas

Com o avanço cada vez mais crescente da tecnologia e a necessidade de adaptação das demandas de trabalho a esses meios tecnológicos, foi imprescindível a modernização dos sistemas e procedimentos da Secretaria de Gestão de Pessoas. Entre eles, destacamos:



Membros da Administração Superior durante solenidade de homenagem aos servidores com 10, 20 e 30 anos de serviços prestados ao MPDFT.

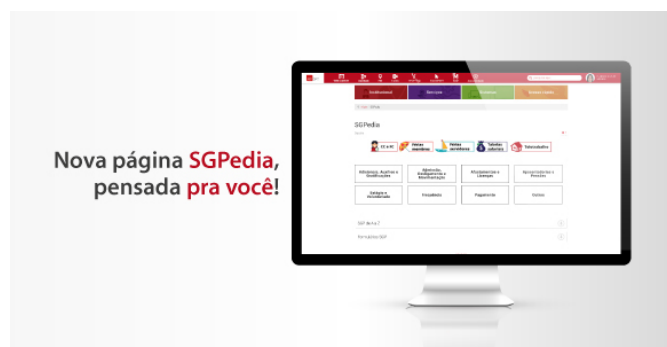
- Disponibilização de simulador de aposentadoria na Sarah (assistente virtual do MPDFT).

- Desenvolvido por servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do MPDFT, o sistema de votação eletrônica Votus foi cedido ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) durante a pandemia da Covid-19, em 2020.

No TJDFT, a plataforma foi usada pela primeira vez em junho de 2020, durante sessão histórica on-line para eleger os nomes da lista tríplice de advogados que concorreram a uma vaga de juiz, classe jurista, no Tribunal Regional Eleitoral do DF (TRE/DF).

Na ocasião, apenas os desembargadores do TJDFT tiveram acesso ao Votus. Do total de 48 magistrados, 47 participaram da sessão. Ao término, eles elogiaram o sucesso do processo eleitoral eletrônico e a iniciativa da administração do Tribunal em se adaptar às necessidades durante o período de distanciamento social.

- Teletrabalho - Portal: com a ampliação do trabalho não presencial, foi preciso implantar um sistema que permitisse controle mais efetivo dos trabalhos realizados e da produtividade. O projeto encontra-se em uma segunda etapa de implantação.
- Novos canais de comunicação: além dos canais existentes, o atendimento foi ampliado por meio da disponibilização de mais linhas telefônicas e mais 2 números de Whatsapp. No decorrer do ano de 2021 foram realizados 3.045 atendimentos pelo SGP Atende e 4.377 ligações telefônicas pelos servido-



Campanha de divulgação interna sobre a ampliação dos serviços na plataforma SGPédia.

res da Subsecretaria de Atendimento e Informação da SGP.

- Disponibilização na Sarah (assistente virtual do MPDFT) da foto que está registrada no sistema de gestão de pessoas de todos os servidores e membros do MPDFT.
- Revisão dos dados estatísticos de pessoal: trata-se de revisão dos dados gerenciais disponibilizados na página da intranet com o objetivo de melhorar apresentação dos relatórios gerenciais atualmente disponibilizados pela SGP, dar destaque para o link “Serviços-Estatísticas” na página principal da SGP e para informações selecionadas em formatos gráficos.
- SGPedia: no decorrer dos anos de 2021 e 2022, a página da SGPe-dia foi aprimorada e novos temas foram acrescentados para consulta. Nela é possível localizar legislação, formulários e perguntas e respostas acerca de mais de 50 temas.
- Sistema de banco de movimentação interna e permuta: esta ferramenta consiste em um cadastro de intenções de interesse de movimentação, visando à consulta posterior a esse banco de dados por parte dos interessados. O sistema também permite a incorporação, na mesma ferramenta, do Programa Permanente de Movimentação Interna (PPMI), já consolidado no órgão, e que atualmente está funcionando provisoriamente em plataforma de treinamento Moodle.
- SGP na Sarah: O projeto visa disponibilizar informações pessoais na Sarah, incluir de palavras-chaves para consulta, incluir todos os assuntos da SGP. O objetivo é facilitar e simplificar a consulta e o acesso às informações funcionais a todos os membros e servidores deste Ministério Público.
- Kairós: este projeto está em desenvolvimento e vai substituir o atual sistema Grifo. Sua implantação trará segurança, facilidade e melhor controle da jornada de trabalho dos servidores.
- Implementação da funcionalidade de indicação de FC/CC pelo Portal de Gestão de Pessoas: Esta ação tem por objetivo simplificar e agilizar todas as indicações de servidores e/ou membros a cargo em comissão ou função de confiança.
- eSocial: contratação da empresa OSM Consultoria e Sistema Ltda. para gerenciá-los eventos do eSocial relativos à área de gestão de pessoas.



Uso da Sarah na SGP tem o objetivo de facilitar e simplificar a consulta às informações funcionais.

- Sistema Eletrônico de Informações (SEI): implantação do novo sistema de tramitação de processos administrativos no âmbito da SGP.

A procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, durante reunião de encerramento de sua gestão com membros da Administração Superior, coordenadores de núcleos especializados, coordenadores administrativos e chefes de gabinete das promotorias de Justiça.

Durante reunião na sala do Conselho Superior, os membros apresentaram os resultados e as realizações alcançadas em suas respectivas áreas. Já a Procuradoria-Geral de Justiça fez uma atualização sobre os projetos institucionais relacionados ao planejamento estratégico, investimento, orçamento e gestão administrativa do MPDFT.

Nesta gestão, a participação dos gestores na tomada de decisões relacionadas aos núcleos e unidades descentralizadas do MPDFT foi algo constante. Como foi possível observar no texto deste relatório, o trabalho foi pautado no fortalecimento institucional, da atividade-fim e no bom atendimento prestado pela instituição à sociedade.

Nesse contexto, é preciso destacar a cooperação e as iniciativas importantes no âmbito administrativo, conduzidas pelo secretário-geral, Wagner de Castro. Medidas que contribuem a longo prazo para uma gestão mais efetiva dos investimentos, de pessoal e de aplicação do orçamento.

Na mesma linha está o trabalho realizado pelo chefe de Gabinete, Georges Seigneur e pelo assessor de políticas institucionais, André Cappi. No âmbito da Administração Superior, ambos atuaram para garantir uma gestão consciente de que o desenvolvimento do MPDFT resulta da união de esforços e da colaboração de cada membro e servidor.

A engrenagem da gestão participativa também contou com a dedicação dos coordenadores administrativos. Em 15 de março de 2021 foram reconduzidos os promotores Fernando Cuoco, Rogério Shimura, Nísio Tostes, Ibrahim Saad, Luis Gustavo Maia, Roberto Bichuette, Flávio Pimenta e Bernardo Urbano, além da procuradora Arinda Fernandes. Em março entraram para a equipe os promotores Jamil



Amorim, Leandro Lobato, Daniel Bernoulli, Isabella Angélica Chaves, Ana Laura Dias e Thaíse Dezen. Os membros atuaram na função no biênio 2021/2022.

Entre outras iniciativas relevantes, foi com a ajuda de todos que a Administração Superior conseguiu implementar a cultura de planejamento de longo prazo para o MPDFT.

Também é preciso destacar o trabalho das Procuradorias de Justiça e unidades especializadas, representadas na reunião pelos procuradores de Justiça André Vinícius de Almeida, Eduardo Sabo e Selma Sauerbronn e; pelos promotores de Justiça Cláudia Tomelin, Daniel Pinheiro, Jorge Luis Manzur, Libanio Alves Rodrigues, Leonardo Borges, Leonardo Otreira, Lucas Salomé, Marcel Bernardi, Marcelo Leite Borges, Rodrigo Machado, Selma Godoy e Thaienne Fernandes.

As unidades desempenharam suas atividades em total consonância com as propostas voltadas ao fortalecimento do atendimento, a modernização institucional, a valorização do público interno e proteção dos direitos da sociedade.





Procuradora-geral de Justiça, Fabiana Costa, conduz reunião de alinhamento com a equipe de coordenadores administrativos do MPDFT.

Registro de Chefes de gabinete e das coordenadorias administrativas e membros da PGJ.





Membros da Administração Superior e Núcleos especializados.